f.lopes

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 serão divulgadas em 29 de julho de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- **Surpreendente resiliência da economia norte-americana**

  A economia norte-americana voltou a surpreender positivamente, demonstrando resiliência mesmo diante da alta dos preços do petróleo e dos custos de energia. O mercado de trabalho permanece como principal destaque, com geração média de pouco mais de 100 mil empregos nos últimos meses, acima dos 75 mil do 1T26 e muito superior à média de 25 mil observada em 2025. A combinação de atividade sólida e inflação pressionada levou o Federal Reserve a adotar postura mais cautelosa. As projeções do comitê seguem divididas entre novos aumentos de juros e algum grau de flexibilização monetária, refletindo a elevada incerteza quanto ao cenário, agora reforçada pela posse de Kevin Warsh na presidência da Instituição.

- **Petróleo segue no centro da dinâmica macro global**

  O principal vetor do segundo trimestre de 2026 continuou sendo a forte volatilidade dos preços do petróleo. Após atingir aproximadamente USD 120 por barril entre o fim de abril e o início de maio, o Brent recuou de forma expressiva, encerrando junho ao redor de USD 73 por barril, praticamente retornando aos níveis observados antes da escalada do conflito no Oriente Médio. Essa dinâmica foi determinada, sobretudo, pela evolução das tensões geopolíticas e pelo fluxo de petróleo no Estreito de Hormuz. Com a normalização dos preços, diminuíram as preocupações com novos impactos inflacionários de curto prazo decorrentes da energia. Ainda assim, o cenário permanece cercado de incertezas. Embora o conflito tenha perdido intensidade em relação aos meses anteriores e tenham ocorrido avanços pontuais nas negociações por um acordo de paz, as divergências entre as partes persistem. Como consequência, o risco de novos episódios de interrupção na oferta de petróleo continua presente, mantendo elevada a volatilidade dos preços e a incerteza quanto aos seus potenciais efeitos sobre a inflação e o crescimento global.

- **Bancos centrais reagem cautelosamente**

  No campo da política monetária, o trimestre foi marcado por maior cautela dos principais bancos centrais. O Federal Reserve manteve a taxa básica inalterada nas reuniões de janeiro e março, preservando uma postura dependente de dados em um ambiente de inflação ainda acima da meta. Ao longo do trimestre, o Fed passou a sinalizar um cenário inflacionário menos benigno, com projeções mais altas para a inflação e menor convicção quanto à eventual retomada do ciclo de cortes, especialmente após o choque energético, que adicionou novos riscos altistas ao cenário. O banco central europeu também manteve os juros estáveis e reconheceu explicitamente que a escalada do conflito no Oriente Médio deve pressionar a inflação no curto prazo via energia. De forma geral, o ambiente global permaneceu em compasso de espera: a trajetória dos juros passou a incorporar maior incerteza diante de um choque adverso de oferta.

No ambiente doméstico

- **Atividade se mantém resiliente, mas sinais de moderação tornam-se mais visíveis**

  A economia brasileira manteve desempenho melhor do que o esperado ao longo do 2T26, sustentada pelo consumo das famílias, pelo mercado de trabalho ainda dinâmico e pelo impulso remanescente das medidas de estímulo à renda implementadas no início do ano. Ao mesmo tempo, começaram a surgir evidências mais consistentes de desaceleração em segmentos mais sensíveis à política monetária, especialmente no crédito e em parte dos indicadores antecedentes de atividade. O balanço do trimestre reforçou a avaliação de que a economia caminha para uma desaceleração gradual. Nesse contexto, nossa projeção permanece de crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e, agora, esperamos um avanço de 1,3% em 2027, ainda consistente com uma moderação saudável da demanda doméstica ao longo do horizonte relevante.

- **Inflação volta a mostrar melhora, mas expectativas permanecem desancoradas**

  O 2T26 começou ainda sob os efeitos do choque de petróleo, mantendo pressão sobre os custos de produção. Esse impacto, contudo, foi parcialmente compensado pela apreciação do real, que ajudou a limitar o repasse para os preços domésticos. Ao longo do trimestre, a normalização gradual das cotações internacionais do petróleo reduziu as pressões sobre combustíveis, fretes e bens industriais, permitindo uma melhora do comportamento da inflação corrente. Apesar desse alívio, a inflação permaneceu acima da meta e as expectativas continuaram desancoradas, refletindo a resiliência da atividade econômica e as incertezas em torno do ambiente fiscal. Nesse contexto, mantemos a avaliação de que a convergência para a meta seguirá gradual e dependerá da manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado. Nossa projeção para o IPCA é de 5,0% em 2026 e 4,0% em 2027

- **Copom reforça postura cautelosa**

  Ao longo do trimestre, o Banco Central manteve o processo de flexibilização monetária, mas reforçou a mensagem de que o espaço para cortes adicionais se tornou mais limitado. A combinação de expectativas de inflação persistentemente elevadas, política fiscal ainda expansionista e condições financeiras globais mais restritivas levou o Copom a adotar comunicação mais conservadora quanto à trajetória da Selic. A avaliação predominante passou a ser de que o custo de trazer a inflação de volta à meta aumentou, exigindo juros elevados por mais tempo. Em nosso cenário, projetamos que a taxa Selic encerre 2026 em 13,75% e 2027 em 12,75%, em um ciclo de afrouxamento mais gradual e condicionado à evolução da inflação e das expectativas, na esteira da postura fiscal e do grau de ociosidade da economia à frente.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

Lucro Líquido (recorrente gerencial): R$ 6,8 Bilhões | -9,5% vs 1S25

Margem Financeira: R$ 31,2 Bilhões | -0,5% vs 1S25

Despesas Gerais: R$ 13,2 Bilhões | +1,7% vs 1S25

Comissões: R$ 10,8 Bilhões | +4,1% vs 1S25

Despesas com PDD: R$ 14,0 Bilhões | +5,6% vs 1S25

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela continuidade da execução da nossa estratégia, mantendo a centralidade do cliente como elemento fundamental para a geração de valor. Seguimos fortalecendo nosso relacionamento com clientes, ampliando a diversificação das receitas e avançando na construção de uma operação cada vez mais sólida, eficiente e resiliente. Em termos de resultados, encerramos o semestre com lucro líquido gerencial recorrente de R$ 6,8 bilhões no período, redução de 9,6%, comparado ao mesmo período de 2025, reflexo de um cenário macroeconômico caracterizado pelo maior nível de endividamento das famílias e pela manutenção de taxa elevadas.

A receita total alcançou R$ 41,9 bilhões no período, com crescimento de 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2025. A evolução dos resultados foi sustentada principalmente pelo desempenho dos negócios com clientes e pelo crescimento das receitas de serviços, reforçando a consistência do nosso modelo de negócios e a qualidade do nosso negócio.

A margem com clientes apresentou evolução de 2,2% no semestre, totalizando R$ 32,6 bilhões, refletindo o crescimento de nossa carteira de crédito de 5,8%, com destaque especial para as operações de financiamento ao consumo que cresceram 15,3%, bem como para as operações realizadas junto às pequenas e médias empresas, que apresentaram incremento de 11,4%. A margem com mercado, por sua vez, apresentou resultado negativo principalmente pela sensibilidade negativa ao aumento da taxa de juros e pelo menor resultado de tesouraria.

As receitas com comissões cresceram 4,1% no semestre, atingindo R$ 10,8 bilhões, com destaque para cartões crescendo 8,1% YoY, seguros 9,3% YoY e mercado de capitais 17,4% YoY. O resultado evidencia a crescente contribuição dos negócios de serviços para a geração de receitas recorrentes e reforça nossa estratégia de diversificação.

No âmbito da qualidade do crédito, o resultado de provisão para devedores duvidosos totalizou R$ 14,0 bilhões no primeiro semestre de 2026, crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete a manutenção de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por taxa de juros elevada, demandando maiores níveis de provisionamento no período. Em despesas, seguimos avançando em produtividade e eficiência operacional, totalizando R$ 13,2 bilhões no semestre, aumento de 1,7% na comparação com mesmo período de 2025, em ritmo inferior à inflação do período, demonstrando disciplina na gestão de custos e foco permanente na alocação eficiente de recursos. Seguimos comprometidos com a geração de resultados sustentáveis de longo prazo, apoiados por uma operação mais diversificada, uma gestão disciplinada de capital e riscos e pelo foco contínuo em oferecer as melhores soluções e experiências aos nossos clientes.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GERENCIAL [1]

(R$ milhões)	2T26	1T26	2T26 x 1T26	1S26	1S25	1S26 x 1S25
Margem financeira bruta	15.341	15.812	(3,0) %	31.153	31.318	(0,5) %
Comissões	5.334	5.435	(1,9) %	10.769	10.341	4,1 %
Receita total	**20.675**	**21.248**	**(2,7) %**	**41.922**	**41.659**	**0,6 %**
Resultado de PDD	(7.654)	(6.344)	20,6 %	(13.998)	(13.252)	5,6 %
Despesas gerais	(6.578)	(6.633)	(0,8) %	(13.211)	(12.986)	1,7 %
Outras receitas/despesas operacionais	(2.534)	(2.300)	10,2 %	(4.834)	(4.055)	19,2 %
Despesas tributárias	(1.453)	(1.453)	- %	(2.906)	(2.675)	8,6 %
Outros	81	65	24,1 %	146	257	(43,2) %
Lucro antes de impostos	**2.537**	**4.583**	**(44,6) %**	**7.120**	**8.949**	**(20,4) %**
Impostos e participações minoritárias	477	(795)	n.a	(318)	(1.429)	(77,7) %
Lucro líquido recorrente gerencial	**3.014**	**3.788**	**(20,4) %**	**6.802**	**7.520**	**(9,5) %**
Lucro líquido contábil	**2.667**	**3.725**	**(28,4) %**	**6.393**	**7.372**	**(13,3) %**

[1] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

ESTRATÉGIA E AGÊNCIAS DE RATING

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança corporativa do Banco Santander (Brasil) S.A. está fundamentada em um modelo integrado de tomada de decisão, supervisão e gestão de riscos, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança. Essa estrutura é composta pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Executivo, integrado pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, bem como pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, responsáveis por apoiar o Conselho no desempenho de suas atribuições. Os Comitês de Assessoramento são: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

O Banco busca continuamente o fortalecimento da diversidade, da independência e da qualificação de seus órgãos de administração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com cinco mulheres entre seus membros e 45% de conselheiros independentes, refletindo o compromisso da Instituição com uma governança corporativa plural, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado.

Em 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a integrar o Programa CONFIA - Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciativa que promove um relacionamento baseado em transparência, confiança mútua e diálogo contínuo entre a Administração Tributária e grandes contribuintes. A admissão ao programa reconhece a maturidade da governança tributária, da gestão de riscos fiscais e dos controles internos da Instituição, reforçando seu compromisso com elevados padrões de conformidade, ética, transparência e segurança jurídica. (Serviços e Informações do Brasil)

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.

Informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander, bem como sobre a composição, atuação e principais deliberações do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, estão disponíveis no portal de Relações com Investidores, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, atuando de forma permanente, independente e objetiva em relação às demais funções e unidades da Organização. Sua missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Administração asseguração independente sobre a qualidade e a efetividade dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para a proteção do valor da Organização, de sua solvência, sustentabilidade e reputação.

A função de Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), em reconhecimento à aderência às normas e melhores práticas internacionais da profissão.

Para cumprir suas atribuições e assegurar uma cobertura adequada dos riscos inerentes às atividades do Banco Santander, a Auditoria Interna utiliza metodologias e ferramentas desenvolvidas internamente. Destaca-se a matriz de riscos, utilizada no processo de planejamento para priorizar o universo auditável com base em critérios como risco inerente, resultados das avaliações anteriores, nível de implementação das recomendações de auditoria e relevância dos processos para a Organização. Os programas de trabalho são revisados periodicamente, de forma a refletir a evolução do ambiente de riscos, mudanças regulatórias e transformações no ambiente de negócios.

Em linha com seu papel de supervisão, o Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual da Auditoria Interna de 2026, os quais foram posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração.

PESSOAS

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 47.327 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade integra a estratégia de negócios do Santander há mais de 20 anos e orienta nossa atuação na gestão de riscos, no desenvolvimento de soluções financeiras e na geração de impacto positivo para clientes, comunidades e sociedade.

No semestre, mantivemos foco nas frentes em que temos maior capacidade de contribuição: avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de crédito; apoio aos clientes na transição para uma economia de baixo carbono; e promoção de iniciativas de educação, empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira.

Nossa atuação está concentrada nos temas mais relevantes para o negócio, considerando impactos, riscos e oportunidades, e é acompanhada por metas globais em áreas prioritárias, como descarbonização, inclusão financeira e cultura inclusiva. Essa agenda é sustentada por políticas, controles e estruturas de governança robustas, com o apoio da alta liderança.

Ao final do 2T26, destacamos os seguintes resultados:

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

- Viabilizamos **R$ 24, 7** bilhões em negócios sustentáveis, incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e produtos dedicados , como o CDC Solar e o CDC Veículos Elétricos e Híbridos, atingindo **R$ 57, 8 bilhões** na carteira[1] de crédito sustentável, com crescimento de 43% **(YoY)**.

[1] Considera operações que se enquadram em nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimentos Sustentáveis (SFICS).

- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização) com 38% de market share.
- O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R$ 2,4 bilhões. A carteira total cresceu 3,1% (YoY), atingindo R$ 3,3 bilhões, com uma base total de 1,1 milhão de clientes.

Impacto social

No último trimestre, o Social Integrado Santander fortaleceu sua atuação em 30 municípios de Pernambuco e do Maranhão por meio de iniciativas nas áreas de educação, cultura, empreendedorismo e esporte. As ações beneficiaram mais de **26 mil** crianças e adolescentes, capacitaram mais de **1.500** educadores.

Por meio do programa Pensar, realizamos iniciativas de educação financeira em escolas públicas para estudantes do ensino médio. A ação contou com a participação de **52 voluntários** e beneficiou **207 estudantes**.

Realizamos em Gravatá (PE), o Encontro Nacional do Amigo de Valor e do Parceiro do Idoso, nossas tecnologias sociais voltadas à garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. O evento reuniu mais de **350 participantes**, entre conselheiros e equipes dos projetos apoiados, em uma capacitação voltada ao fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Realizamos o Santander Top Espanha 2026, programa de mobilidade acadêmica internacional que esse ano registrou **138 mil** inscrições e concedeu **100 bolsas** a estudantes e docentes de universidades brasileiras conveniadas para uma experiência na *Universidad de Salamanca*, na Espanha.

Promovemos o Santander Certificações Financeiras 2026 - 1º Semestre, programa de capacitação gratuita voltado a pessoas maiores de 18 anos que desejam ingressar ou se desenvolver no mercado financeiro, com preparação para as certificações ANBIMA CPA, C-Pro I e C-Pro R. Até junho, o programa registrou **114 mil** inscritos, concedeu **6 mil vagas** e disponibilizou **600 vouchers** para a realização da avaliação da ANBIMA.

Desenvolvemos o Santander X Training for Business - IA para PMEs, programa realizado em parceria com a IE *University* e o Google, que disponibilizou capacitação gratuita em Inteligência Artificial aplicada aos negócios. Nesta edição, foram concedidas **388 bolsas.**

Realizamos o Acelera Tech AWS - Capacitação para PMEs e Startups, programa realizado em parceria com a *Amazon Web Services* (AWS), que ofereceu formação gratuita em tecnologia, computação em nuvem e transformação digital, apoiando empresas em diferentes estágios de maturidade na adoção de soluções inovadoras para seus negócios. Nesta edição, foram concedidas **329 bolsas** para PMEs e **135 bolsas** para startups, totalizando **464 bolsas** de capacitação.

Além disso, o Prospera lançou o Seguro Prestamista para operações de microempréstimo. O produto garante a quitação integral do saldo devedor em caso de falecimento do titular ou de membros do grupo solidário, evitando a transferência da dívida aos demais integrantes e fortalecendo a proteção dos microempreendedores.

- Quatro operações foram desembolsadas pelo Santander no âmbito do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Federal inserida no Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo mobilizar investimentos privados para projetos sustentáveis de longo prazo no país, com foco na atração de capital nacional e externo, totalizando R$ 1,6 bilhão. Os recursos apoiam iniciativas voltadas à transição dos nossos clientes para uma economia de baixo carbono e ao desenvolvimento sustentável, incluindo projetos como a construção de uma nova usina de etanol de milho, a substituição de caldeiras fósseis por geração de vapor industrial com biomassa, a construção de uma nova unidade industrial farmacêutica com certificação LEED (selo global de sustentabilidade para edificações) e a modernização da rede elétrica, com implantação de smart grids, redução de perdas e aumento da resiliência da infraestrutura elétrica;
- O Santander manteve a liderança em financiamento de veículos eletrificados, com market share de **53%** em veículos elétricos e **31%** em híbridos..

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Serviços Financeiros do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2026).

NOSSO PROPÓSITO É CONTRIBUIR PARA QUE AS PESSOAS E OS NEGÓCIOS PROSPEREM.
E ACREDITAMOS QUE TUDO DEVE SER FEITO DE UM JEITO:
SIMPLES, PESSOAL E JUSTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2026	Banco 31/12/2025	Consolidado 30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Ativo					
Circulante e Não Circulante		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**
Disponibilidades	**4**	**8.073.907**	**7.531.433**	**8.091.758**	**7.632.939**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**280.197.380**	**275.034.807**	**240.897.995**	**250.803.157**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	101.581.383	89.994.937	101.581.383	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	131.163.854	118.139.601	112.705.639	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	47.452.143	66.900.269	26.610.973	58.743.849
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		**51.732.969**	**58.666.786**	**60.393.176**	**67.681.530**
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	51.732.969	58.666.786	60.393.176	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**766.732.550**	**724.219.844**	**798.334.519**	**755.376.927**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	159.967.342	122.003.125	67.173.334	38.452.242
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	118.524.312	113.528.203	129.525.093	117.944.134
Operações de Crédito	8	356.913.149	365.651.162	457.758.778	462.212.788
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	-	3.521.579	3.600.813
Outros Ativos Financeiros	7.a	131.327.747	123.037.354	140.355.735	133.166.950
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	**9**	**(36.946.466)**	**(38.081.943)**	**(43.967.954)**	**(43.869.604)**
Outros Ativos	**11**	**117.921.222**	**125.066.639**	**133.857.538**	**133.509.738**
Ativos Fiscais	**10.a**	**64.842.857**	**62.524.769**	**72.386.128**	**68.914.540**
Permanente		**43.583.163**	**42.541.484**	**15.993.806**	**15.574.960**
Investimentos		**31.126.996**	**30.703.449**	**2.706.219**	**2.829.717**
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	31.035.244	30.611.957	2.620.298	2.733.615
Outros Investimentos		91.752	91.492	85.921	96.102
Imobilizado de Uso	**14**	**4.863.929**	**4.080.967**	**5.124.663**	**4.343.288**
Imóveis de Uso		2.316.380	2.312.767	2.579.917	2.553.062
Outras Imobilizações de Uso		12.099.914	11.169.690	12.372.952	11.462.270
(Depreciações Acumuladas)		(9.552.365)	(9.401.490)	(9.828.206)	(9.672.044)
Intangível	**15**	**7.592.238**	**7.757.068**	**8.162.924**	**8.401.955**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.171.012	28.204.704
Outros Ativos Intangíveis		15.013.396	14.198.730	15.755.212	14.961.397
(Amortizações Acumuladas)		(34.641.673)	(33.662.177)	(35.763.300)	(34.764.146)
Total do Ativo		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2026	Banco 31/12/2025	Consolidado 30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Passivo					
Circulante e Não Circulante		**1.197.405.765**	**1.162.312.053**	**1.185.104.369**	**1.157.823.868**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.100.071.527**	**1.067.051.020**	**1.072.024.638**	**1.041.205.968**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**37.868.475**	**60.168.681**	**22.386.056**	**52.758.042**
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	37.868.475	60.168.681	22.386.056	52.758.042
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**1.062.203.052**	**1.006.882.339**	**1.049.638.582**	**988.447.926**
Depósitos	16	506.850.944	491.380.199	504.489.385	491.090.287
Captações no Mercado Aberto	16	187.203.164	170.173.383	166.837.985	149.752.695
Obrigações por Empréstimos	16	115.609.778	102.551.649	115.615.143	102.551.662
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	9.712.274	10.742.445	9.712.274	10.742.445
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	189.144.603	196.136.536	190.876.294	188.255.278
Outros Passivos Financeiros	17.a	53.682.289	35.898.127	62.107.501	46.055.559
Outros Passivos	**18**	**90.042.798**	**88.849.690**	**100.656.258**	**103.875.756**
Provisão para Riscos Fiscais	18	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Outras Provisões	18	3.418.023	3.622.249	8.721.286	9.048.090
Diversos	18	76.274.457	76.371.166	80.625.798	85.047.539
Passivos Fiscais	**10.c**	**7.291.440**	**6.411.343**	**12.423.473**	**12.742.144**
Patrimônio Líquido	**21**	**98.731.817**	**95.191.766**	**98.210.409**	**95.650.292**
Capital Social	21.a	65.000.000	65.000.000	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	21.c	580.627	643.142	580.627	643.142
Reservas de Lucros	21.c	38.916.048	35.530.913	38.161.262	35.750.330
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.273.718)	(5.262.729)	(5.040.340)	(5.023.620)
Lucros Acumulados		-	-	-	-
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(491.140)	(719.560)	(491.140)	(719.560)
Participação dos Acionistas Minoritários	**21.e**	**-**	**-**	**2.672.188**	**2.150.027**
Total do Patrimônio Líquido		**98.731.817**	**95.191.766**	**100.882.597**	**97.800.319**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf
Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		**76.142.109**	**68.500.890**	**80.640.597**	**75.964.867**
Operações de Crédito		36.913.356	36.723.542	47.188.660	46.463.820
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	295.689	256.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	33.665.033	30.228.175	27.603.974	28.377.617
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		(80.108)	(3.543.269)	(139.495)	(4.245.507)
Resultado das Aplicações Compulsórias		5.643.828	5.092.442	5.691.769	5.112.850
Despesas da Intermediação Financeira		**(64.478.333)**	**(59.940.070)**	**(65.564.961)**	**(62.175.852)**
Operações de Captação no Mercado	16.c	(51.263.093)	(45.938.681)	(50.953.021)	(45.783.807)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(2.260.417)	(2.935.973)	(1.662.995)	(2.939.270)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(73.467)	(64.210)	(362.152)	(143.612)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(10.881.356)	(11.001.206)	(12.586.793)	(13.309.163)
Variações Cambiais (Liquidas)	**27**	**2.445.476**	**4.360.059**	**2.667.239**	**4.600.601**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**14.109.252**	**12.920.879**	**17.742.875**	**18.389.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(6.110.345)**	**(5.501.689)**	**(9.793.622)**	**(8.289.621)**
Receitas de Prestação de Serviços	23	7.006.192	6.466.192	8.578.512	8.200.835
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.469.267	2.390.016	2.859.093	2.748.236
Despesas de Pessoal	24	(3.390.813)	(3.374.337)	(4.658.662)	(4.878.780)
Outras Despesas Administrativas	25	(7.844.931)	(7.473.611)	(7.030.054)	(6.726.288)
Despesas Tributárias		(2.184.312)	(2.261.029)	(3.089.432)	(3.080.275)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	2.814.622	3.730.957	158.983	156.299
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(4.980.370)	(4.979.877)	(6.612.062)	(4.709.648)
Resultado Operacional		**7.998.907**	**7.419.190**	**7.949.253**	**10.099.995**
Resultado não Operacional	**28**	**(9.977)**	**78.825**	**(12.824)**	**100.610**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**10.d**	**7.988.930**	**7.498.015**	**7.936.429**	**10.200.605**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**
Provisão para Imposto de Renda		(242.109)	(40.731)	(992.166)	(1.409.272)
Provisão para Contribuição Social		(56.497)	(67.572)	(877.446)	(765.329)
Ativo Fiscal Diferido		718.957	946.064	2.014.488	922.802
Participações no Lucro		**(1.026.521)**	**(983.907)**	**(1.463.165)**	**(1.400.392)**
Participações dos Acionistas Minoritários	**21.e**	**-**	**-**	**(225.393)**	**(176.758)**
Lucro Líquido		**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		984,56	980,44		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026		Banco 01/01 a 30/06/2025		Consolidado 01/01 a 30/06/2026		Consolidado 01/01 a 30/06/2025	
Receitas da Intermediação Financeira		76.142.109		68.500.890		80.640.597		75.964.867	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	9.475.459		8.856.208		11.437.605		10.949.071	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(10.881.356)		(11.001.206)		(12.586.793)		(13.309.163)	
Outras Receitas e Despesas		(4.990.347)		(4.901.052)		(6.624.886)		(4.609.038)	
Despesas da Intermediação Financeira		(52.980.141)		(48.055.523)		(50.546.454)		(47.892.345)	
Variações Cambiais (Liquidas)	27	2.445.476		4.360.059		2.667.239		4.600.601	
Insumos de Terceiros		**(5.971.873)**		**(5.602.939)**		**(5.039.550)**		**(4.715.567)**	
Material, Energia e Outros		(117.033)		(128.619)		(126.706)		(137.557)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	25	(2.301.087)		(2.261.763)		(1.787.018)		(1.861.316)	
Outros		**(3.553.753)**		**(3.212.557)**		**(3.125.826)**		**(2.716.694)**	
Processamento de Dados e Telecomunicações		(2.278.425)		(2.013.102)		(2.222.659)		(1.774.373)	
Propaganda, Promoções e Publicações		(202.665)		(223.041)		(259.903)		(299.207)	
Outras		(1.072.663)		(976.414)		(643.264)		(643.114)	
Valor Adicionado Bruto		**13.239.327**		**12.156.437**		**19.947.758**		**20.988.426**	
Depreciações e Amortizações	25	(1.675.738)		(1.564.406)		(1.782.449)		(1.696.019)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**11.563.589**		**10.592.031**		**18.165.309**		**19.292.407**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	2.814.622		3.730.957		158.983		156.299	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**14.378.211**		**14.322.988**		**18.324.292**		**19.448.706**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		**3.992.154**	**27,8 %**	**3.904.821**	**27,3 %**	**5.451.779**	**29,8 %**	**5.585.079**	**28,7 %**
Remuneração		3.089.863		3.027.502		4.110.221		4.252.055	
Benefícios	24	541.746		563.522		848.564		883.316	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		201.369		183.375		299.765		283.593	
Outras		159.176		130.422		193.229		166.115	
Impostos, Taxas e Contribuições		**2.805.977**	**19,5 %**	**2.760.032**	**18,8 %**	**6.046.318**	**33,0 %**	**6.000.511**	**30,9 %**
Federais		2.383.251		2.360.108		5.429.504		5.475.261	
Estaduais		194		227		194		232	
Municipais		422.532		399.697		616.620		525.018	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	**25**	**197.320**	**1,4 %**	**306.266**	**2,1 %**	**208.055**	**1,1 %**	**314.702**	**1,6 %**
Remuneração de Capitais Próprios		**7.382.760**	**51,3 %**	**7.351.869**	**51,3 %**	**6.618.140**	**36,1 %**	**7.548.414**	**38,8 %**
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	4.000.000		3.000.000		4.000.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros		3.382.760		4.351.869		2.843.533		4.725.172	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		-		(225.393)		(176.758)	
Total		**14.378.211**	**100,0 %**	**14.322.988**	**100,0 %**	**18.324.292**	**100,0 %**	**19.448.706**	**100,0 %**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(33.582)**	**859.740**	**(39.312)**	**856.854**
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	**(320.020)**	**1.209.298**	**(325.750)**	**1.206.412**
Próprios	(491.405)	2.434.330	(559.580)	2.441.205
Risco de Crédito	(6.934)	(5.962)	(6.934)	(5.962)
De Ligada	(58.488)	13.718	-	-
Impostos	236.807	(1.232.788)	240.764	(1.228.831)
Hedge de Fluxo de Caixa	**286.438**	**(349.558)**	**286.438**	**(349.558)**
Próprios	546.194	(666.555)	546.194	(666.555)
Impostos	(259.756)	316.997	(259.756)	316.997
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**22.592**	**894.330**	**22.592**	**894.330**
Plano de Benefícios	21.790	894.330	21.790	894.330
Próprios	40.349	1.666.974	40.349	1.666.974
Impostos	(18.559)	(772.644)	(18.559)	(772.644)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	**802**	**-**	**802**	**-**
Outros	802	-	802	-
Resultado Abrangente do Período	**7.371.770**	**9.105.939**	**6.376.027**	**9.122.840**
Atribuível à controladora			6.151.436	8.946.082
Atribuível aos Acionistas Minoritários			225.393	176.758
Total			**6.376.829**	**9.122.840**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Ajustes ao Lucro Líquido		**3.117.975**	**2.924.633**	**6.274.431**	**7.926.964**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		10.881.356	11.001.206	12.586.793	13.309.163
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	20.c	2.893.526	2.042.344	3.215.480	2.306.565
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos	20.c	262.493	245.762	283.555	257.102
Tributos Diferidos		(708.665)	(2.349.568)	(2.418.460)	(3.625.059)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(2.814.622)	(3.730.957)	(158.983)	(156.299)
Depreciações e Amortizações	25	1.675.738	1.564.406	1.782.449	1.696.019
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(1.786)	(2.037)	(1.142)	(20.306)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	28	(87.381)	(99.308)	(84.689)	(113.002)
Resultado de Investimentos	28	-	(1.093)	-	(1.093)
Atualização de Depósitos Judiciais		(337.143)	(295.454)	(413.429)	(376.070)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e limites	18.a	23.006	(625.323)	23.006	(625.323)
Atualização de Impostos a Compensar		(634.296)	(141.625)	(731.290)	(217.771)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(138)	(1.437)	(138)	(1.437)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(8.089.580)	(4.660.063)	(8.089.580)	(4.660.063)
Outros		55.467	(22.220)	280.859	154.538
Variações em Ativos e Passivos		**76.032.215**	**21.303.231**	**54.245.457**	**9.346.349**
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.949.578	(18.397.989)	3.819.834	(6.809.375)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.994.978)	(214.413)	(12.271.835)	5.451.458
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(1.830.933)	(94.413)	(6.706.402)	(459.507)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.529.209)	620.908	(1.513.601)	668.008
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		621.337	(3.837.960)	505.169	(3.829.195)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(3.994.229)	136.017.044	(2.803.689)	134.977.053
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(761.696)	(646.289)	(837.518)	(690.694)
Redução (aumento) em Outros Ativos		7.273.861	14.956.963	(203.199)	(7.571.087)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		295.038	(810.097)	303.110	(1.202.148)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(4.076.639)	2.568.529	(3.970.878)	2.477.646
Aumento (redução) em Depósitos		15.470.745	(8.563.976)	13.399.098	(7.782.716)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		17.029.781	14.561.380	17.085.290	6.982.203
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		16.334.568	4.744.286	16.339.920	4.874.517
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		21.123.128	(124.277.840)	19.106.465	(120.954.426)
Aumento (redução) em Outros Passivos		16.631.331	4.720.639	13.050.435	3.140.823
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		(509.468)	(43.541)	1.485.142	2.119.308
Imposto Pago		-	-	(2.541.884)	(2.045.519)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**86.532.950**	**31.579.733**	**66.912.635**	**24.644.969**
Atividades de Investimento					
Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		-	-	-	(7.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.305.424)	(289.946)	(1.309.170)	(300.679)
Aplicações no Intangível		(1.149.273)	(712.954)	(1.168.244)	(804.594)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		49.397	1.418.354	70.904	1.837.089
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		338.218	361.903	343.422	403.148
Alienação de Imobilizado de Uso		160.827	132.462	152.621	152.378
Alienações no Intangível		-	-	-	706.481
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(1.906.255)**	**909.819**	**(1.910.467)**	**1.986.323**
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	228.421	161.884	228.420	161.884
Emissões e Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(21.473.771)	(12.446.514)	(12.661.447)	(4.276.931)
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		2.137.000	-	2.137.000	-
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(6.655.072)	(471.727)	(6.449.155)	(471.727)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.820.696)	(2.565.244)	(3.967.700)	(3.876.672)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	296.768	586.118
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(29.584.118)**	**(15.321.601)**	**(20.416.114)**	**(7.877.328)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**138**	**1.437**	**138**	**1.437**
Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**55.042.715**	**17.169.388**	**44.586.191**	**18.755.401**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**74.622.946**	**71.125.771**	**74.400.616**	**68.495.707**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**129.665.661**	**88.295.159**	**118.986.807**	**87.251.108**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**636.170**	**32.067.079**	**(1.964.672)**	**(474.571)**	**(4.274.280)**	**-**	**(884.707)**	**90.105.019**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)					1.059.000			(3.248.923)		(2.189.923)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**65.000.000**	**636.170**	**32.067.079**	**(905.672)**	**(474.571)**	**(4.274.280)**	**(3.248.923)**	**(884.707)**	**87.915.096**
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	894.330	(1.186.629)	-	(292.299)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	-	(22.220)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(99.655)	-	-	-	-	-	-	(99.655)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(212.978)	13.718	-	-	-	(199.260)
Dividendos Prescritos		-	-	25.510	-	-	-	-	-	25.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	7.351.869	-	7.351.869
Destinações:										
Reserva Legal	21.c	-	-	367.593	-	-	-	(367.593)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	(449.892)	-	-	-	449.892	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385
Saldos em 30 de junho de 2025		**65.000.000**	**514.295**	**32.010.291**	**(1.118.650)**	**(460.853)**	**(3.379.950)**	**-**	**(722.823)**	**91.842.310**
Mutações no Semestre		**-**	**(121.875)**	**(56.788)**	**846.022**	**13.718**	**894.330**	**-**	**161.884**	**1.737.291**

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.
(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**643.142**	**35.530.913**	**(1.262.690)**	**(489.371)**	**(3.510.667)**	**-**	**(719.560)**	**95.191.766**
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	29	-	-	-	-	-	21.790	(13.128)	-	8.662
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	228.421	228.421
Resultado com Ações em Tesouraria		-	55.465	-	-	-	-	-	-	55.465
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(117.980)	-	-	-	-	-	-	(117.980)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	24.905	(58.488)	-	-	-	(33.582)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	802	-	-	802
Dividendos Prescritos		-	-	15.241	-	-	-	-	-	15.241
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	7.382.760	-	7.382.760
Destinações:										
Reserva Legal	21.c	-	-	369.138	-	-	-	(369.138)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	3.000.756	-	-	-	(3.000.756)	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	262	-	262
Saldos em 30 de junho de 2026		**65.000.000**	**580.627**	**38.916.048**	**(1.237.785)**	**(547.859)**	**(3.488.074)**	**-**	**(491.140)**	**98.731.817**
Mutações no Semestre		**-**	**(62.515)**	**3.385.135**	**24.905**	**(58.488)**	**22.592**	**-**	**228.421**	**3.540.051**

(1) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**642.915**	**32.453.507**	**(2.193.477)**	**(4.274.280)**	**-**	**(884.707)**	**90.743.958**	**1.249.939**	**91.993.897**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)					1.059.000		(3.248.923)		(2.189.923)		(2.189.923)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**65.000.000**	**642.915**	**32.453.507**	**(1.134.477)**	**(4.274.280)**	**(3.248.923)**	**(884.707)**	**88.554.035**	**1.249.939**	**89.803.974**
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	894.330	(1.186.631)	-	(292.301)	-	(292.301)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884	-	161.884
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	(22.220)	-	(22.220)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(106.400)	-	-	-	-	-	(106.400)	-	(106.400)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(202.146)	-	-	-	(202.146)	-	(202.146)
Dividendos Prescritos		-	-	25.540	-	-	-	-	25.540	-	25.540
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	7.371.656	-	7.371.656	-	7.371.656
Destinações:											-
Reserva Legal	21.c	-	-	368.583	-	-	(368.583)	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	(3.000.000)		(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	(463.382)	-	-	463.382	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	-	-	(32.285)	-	(32.285)	-	(32.285)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	176.758	176.758
Outros		-	-	-	-	-	**1.385**	-	**1.385**	**456.426**	**457.811**
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	586.117	586.117
Outros		-	-	-	-	-	1.385	-	1.385	(129.691)	(128.306)
Saldos em 30 de junho de 2025		**65.000.000**	**514.295**	**32.384.248**	**(1.336.623)**	**(3.379.951)**	**-**	**(722.823)**	**92.459.147**	**1.883.123**	**94.342.270**
Mutações no Semestre		**-**	**(128.620)**	**(69.259)**	**856.854**	**894.329**	**-**	**161.884**	**1.715.189**	**633.184**	**2.348.373**

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.
(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**643.142**	**35.750.330**	**(1.514.018)**	**(3.509.602)**	**-**	**(719.560)**	**95.650.292**	**2.150.027**	**97.800.319**
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	29	-	-	-	-	21.790	(13.128)	-	8.662	-	8.662
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	228.420	228.420	-	228.420
Resultado de Ações em Tesouraria		-	55.465	-	-	-	-	-	55.465	-	55.465
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(117.980)	-	-	-	-	-	(117.980)	-	(117.980)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(39.312)	-	-	-	(39.312)	-	(39.312)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	802	-	-	802	-	802
Dividendos Prescritos		-	-	15.241	-	-	-	-	15.241	-	15.241
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	6.392.747	-	6.392.747	-	6.392.747
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	319.637	-	-	(319.637)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	2.295.472	-	-	(2.295.472)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	(219.418)	-	-	235.228	-	15.810	-	15.810
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	225.393	225.393
Outros		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**262**	**-**	**262**	**296.768**	**297.030**
Outros		-	-	-	-	-	262	-	262	296.768	297.030
Saldos em 30 de junho de 2026		**65.000.000**	**580.627**	**38.161.262**	**(1.553.330)**	**(3.487.010)**	**-**	**(491.140)**	**98.210.409**	**2.672.188**	**100.882.597**
Mutações no Semestre		**-**	**(62.515)**	**2.410.932**	**(39.312)**	**22.592**	**-**	**228.420**	**2.560.117**	**522.161**	**3.082.278**

(1) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de benefícios a empregados e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 28 de julho de 2026.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, serão divulgadas, em 29 de julho de 2026, no endereço eletrônico www santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade - CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade - CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

III - Resolução CMN nº 4.966/2021 (*Hedge Accounting)*

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de Investimento líquido no exterior

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram alterações relevantes nas políticas contábeis adotadas pelo Banco.

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN n° 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

- Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander,para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo valor através de outros resultados abrangentes", bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probability of default) , LGD (Loss Given Default) e EAD (Exposure at Default) tendo como tradução respectivamente (Probabilidade de inadimplência), (Perda dada inadimplência) e (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

d) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN n° 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

j.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

j.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo para o Banco e suas Coligadas:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral das perdas atuariais decorrentes das remensurações do valor líquido de ativo/passivo de benefício definido , em conta de Passivo tendo como contrapartida conta destacada do Patrimonio líquido - Ajustes de avaliação patrimonial.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Os componentes, custo do serviço passado/ganho ou perda atuarial na liquidação, quando aplicável for; e juros sobre Passivo/Ativo de Plano de Benefício Definido, bem como o componente custo do serviço corrente são reconhecidos nas linhas de despesas operacionais (Nota 29) e despesa de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20% para os bancos, 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e de 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no sistema tributário federal, com impactos sobre diversos setores da economia. A referida legislação altera e consolida as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") aplicáveis às empresas do setor financeiro.

Nos termos da nova lei, as Instituições de Pagamento, as Administradoras de Mercado de Balcão Organizado, as Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, as Entidades de Liquidação e Compensação, bem como as demais sociedades reguladas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), estarão sujeitas à majoração gradual da alíquota da CSLL, que passará de 9% para 12% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 15% a partir do exercício de 2028. Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e para as Sociedades de Capitalização, a alíquota da CSLL será majorada do patamar atual de 15% para 17,5% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 20% a partir do exercício de 2028, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 224/2025.

Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento desses créditos e passivos é efetuado com base nas alíquotas aplicáveis aos períodos em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com a regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação, com base na geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização desses créditos, conforme demonstrada na Nota 10.b.2, está fundamentada em projeções de resultados futuros e em estudo técnico específico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 32.g**

t) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

				Banco
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	**8.073.907**	**7.531.433**	**8.606.567**	**17.482.523**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**121.591.754**	**67.091.513**	**79.688.592**	**53.643.248**
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.519.670	533.896	3.271.197	5.007.501
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	**129.665.661**	**74.622.946**	**88.295.159**	**71.125.771**

				Consolidado
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	**8.091.758**	**7.632.939**	**8.625.589**	**17.504.978**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**110.895.049**	**66.767.677**	**78.625.519**	**50.990.729**
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.822.965	210.060	2.208.124	2.354.982
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	**118.986.807**	**74.400.616**	**87.251.108**	**68.495.707**

As informações relativas a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

					Banco
				30/06/2026	31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**54.667.573**	**-**	**105.299.769**	**159.967.342**	**122.003.125**
Aplicações no Mercado Aberto	**33.717.506**	**-**	**-**	**33.717.506**	**21.022.160**
Posição Bancada	**2.952.406**	**-**	**-**	**2.952.406**	**2.663.441**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.943.252	-	-	2.943.252	2.663.441
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.154	-	-	9.154	-
Posição Financiada	**30.765.100**	**-**	**-**	**30.765.100**	**18.358.719**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.489.703	-	-	12.489.703	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.264.351	-	-	11.264.351	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.011.047	-	-	7.011.047	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**-**	**-**	**105.299.769**	**105.299.769**	**87.245.508**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**20.950.067**	**-**	**-**	**20.950.067**	**13.735.457**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Aplicações no Mercado Aberto	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Posição Bancada	**4.654.218**	**3.320.743**	**-**	**7.974.961**	**10.516.027**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.485.456	531.257	-	4.016.713	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.168.762	2.789.485	-	3.958.247	4.859.384
Posição Financiada	**47.404.511**	**-**	**-**	**47.404.511**	**31.881.115**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.002.021	-	-	15.002.021	31.881.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.949.151	-	-	15.949.151	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.453.339	-	-	16.453.339	-
Posição Vendida	**38.573.714**	**7.628.197**	**-**	**46.201.911**	**47.597.795**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.860.069	1.039.818	-	16.899.887	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.713.645	6.588.379	-	29.302.025	13.868.891
Total	**145.300.016**	**10.948.940**	**105.299.769**	**261.548.725**	**211.998.062**

					Consolidado
				30/06/2026	31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**63.857.930**	**1.957.137**	**1.358.266**	**67.173.334**	**38.452.242**
Aplicações no Mercado Aberto	**34.186.972**	**-**	**-**	**34.186.972**	**21.557.723**
Posição Bancada	**3.421.872**	**-**	**-**	**3.421.872**	**3.199.004**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	304.135	-	-	304.135	250.345
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.098.700	-	-	3.098.700	2.938.871
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	19.037	-	-	19.037	9.788
Posição Financiada	**30.765.100**	**-**	**-**	**30.765.100**	**18.358.719**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.489.703	-	-	12.489.703	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.264.351	-	-	11.264.351	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.011.047	-	-	7.011.047	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**8.720.892**	**1.957.137**	**1.358.266**	**12.036.295**	**3.159.062**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**20.950.067**	**-**	**-**	**20.950.067**	**13.735.457**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Aplicações no Mercado Aberto	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Posição Bancada	**4.654.218**	**3.320.743**	**-**	**7.974.961**	**10.516.027**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.485.456	531.257	-	4.016.713	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.168.762	2.789.485	-	3.958.247	4.859.384
Posição Financiada	**47.404.511**	**-**	**-**	**47.404.511**	**31.881.115**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.002.021	-	-	15.002.021	31.881.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.949.151	-	-	15.949.151	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.453.339	-	-	16.453.339	-
Posição Vendida	**38.573.714**	**7.628.197**	**-**	**46.201.911**	**47.597.795**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.860.069	1.039.818	-	16.899.887	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.713.645	6.588.379	-	29.302.025	13.868.891
Total	**154.490.374**	**12.906.077**	**1.358.266**	**168.754.717**	**128.447.179**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

					Banco					Consolidado
				30/06/2026	31/12/2025				30/06/2026	31/12/2025
		Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	**133.039.875**	**(1.876.021)**	**-**	**131.163.854**	**118.139.601**	**115.002.769**	**(2.297.130)**	**-**	**112.705.639**	**102.064.371**
Títulos Públicos	89.785.126	(1.272.137)	-	88.512.989	75.309.681	95.090.835	(1.503.253)	-	93.587.582	80.052.289
Títulos Privados	43.254.749	(603.884)	-	42.650.865	42.829.920	19.911.934	(793.877)	-	19.118.057	22.012.082
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**
Títulos Públicos	55.334.930	(1.051.719)	(2.550.242)	51.732.969	58.666.786	65.016.139	(1.051.719)	(3.571.244)	60.393.176	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**118.537.061**	**(12.749)**	**-**	**118.524.312**	**113.528.203**	**130.234.219**	**(709.126)**	**-**	**129.525.093**	**117.944.134**
Títulos Públicos	50.851.381	(23.693)	-	50.827.688	44.658.872	50.861.026	(23.693)	-	50.837.333	44.667.885
Títulos Privados	67.685.680	10.944	-	67.696.624	68.869.331	79.373.193	(685.433)	-	78.687.760	73.276.249
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**306.911.866**	**(2.940.489)**	**(2.550.242)**	**301.421.135**	**290.334.590**	**310.253.127**	**(4.057.975)**	**(3.571.244)**	**302.623.908**	**287.690.035**

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

										Banco
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**89.785.126**	**(1.272.137)**	**88.512.989**	**75.309.681**	**-**	**24.062.381**	**10.413.970**	**13.828.552**	**40.208.086**	**88.512.989**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.145.008	592	9.145.600	9.009.584	-	7.112	2.656.051	2.448.820	4.033.617	9.145.600
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.658.273	(1.251.824)	49.406.449	39.324.066	-	5.192.456	2.432.205	8.598.003	33.183.785	49.406.449
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.824.050	(20.786)	29.803.264	26.725.113	-	18.706.739	5.325.169	2.780.672	2.990.684	29.803.264
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.589	(137)	1.452	2.897	-	202	545	705	-	1.452
Títulos da Dívida Externa Brasileira	320	32	352	354	-	-	-	352	-	352
Títulos da Dívida Estrangeiros	155.886	(14)	155.872	247.667	-	155.872	-	-	-	155.872
Títulos Privados	**43.254.749**	**(603.884)**	**42.650.865**	**42.829.920**	**30.127.067**	**-**	**69.286**	**4.096.710**	**8.357.802**	**42.650.865**
Ações	1.621.497	(267.436)	1.354.061	1.091.181	1.354.061	-	-	-	-	1.354.061
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	38.715	(1.750)	36.965	128.909	-	-	91	2.032	34.842	36.965
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	11.576	(12)	11.564	74.367	-	-	38	337	11.189	11.564
Cotas de Fundos de Investimento	28.789.221	(16.215)	28.773.006	26.036.113	28.773.006	-	-	-	-	28.773.006
Debêntures	12.793.740	(318.471)	12.475.269	15.103.512	-	-	69.157	4.094.341	8.311.771	12.475.269
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	-	-	-	395.838	-	-	-	-	-	-
Total	**133.039.875**	**(1.876.021)**	**131.163.854**	**118.139.601**	**30.127.067**	**24.062.381**	**10.483.256**	**17.925.262**	**48.565.888**	**131.163.854**

										Consolidado
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**95.090.835**	**(1.503.253)**	**93.587.582**	**80.052.289**	**-**	**24.074.265**	**12.988.827**	**14.403.815**	**42.120.675**	**93.587.582**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.125.218	1.290	12.126.508	10.939.200	-	18.998	5.230.908	2.599.426	4.277.176	12.126.508
Notas do Tesouro Nacional - NTN	52.557.069	(1.481.591)	51.075.478	40.985.607	-	5.192.456	2.432.205	8.598.003	34.852.814	51.075.478
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.250.753	(22.833)	30.227.920	27.876.564	-	18.706.737	5.325.169	3.205.329	2.990.685	30.227.920
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.589	(137)	1.452	2.897	-	202	545	705	-	1.452
Títulos da Dívida Externa Brasileira	320	32	352	354	-	-	-	352	-	352
Títulos da Dívida Estrangeira	155.886	(14)	155.872	247.667	-	155.872	-	-	-	155.872
Títulos Privados	**19.911.934**	**(793.877)**	**19.118.057**	**22.012.082**	**5.782.393**	**-**	**85.722**	**4.131.485**	**9.118.457**	**19.118.057**
Ações	3.108.366	(267.436)	2.840.930	2.679.699	2.840.930	-	-	-	-	2.840.930
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	38.715	(1.750)	36.965	129.610	-	-	91	2.032	34.842	36.965

										Consolidado
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.007.595	-	50.816	29.058.411	37.676.185	55.794	15.734.225	5.008.367	8.260.025	29.058.411
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.588.670	(61.763)	(209.530)	9.317.377	9.225.824	-	-	2.029.946	7.287.431	9.317.377
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.419.862	(989.956)	(3.412.518)	22.017.388	20.779.521	-	113.380	349.357	21.554.651	22.017.388
Total	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**

III) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

										Banco
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento				30/06/2026
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:								
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**-**	**14.889.160**	**3.366.393**	**33.477.416**	**51.732.969**
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.110.588	-	48.767	23.159.355	30.743.390	-	14.889.160	1.527.394	6.742.801	23.159.355
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.878.536	(61.763)	(207.407)	8.609.366	9.225.825	-	-	1.728.309	6.881.057	8.609.366
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.345.794	(989.956)	(2.391.590)	19.964.248	18.697.571	-	-	110.690	19.853.558	19.964.248
Total	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**-**	**14.889.160**	**3.366.393**	**33.477.416**	**51.732.969**

										Consolidado
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento				30/06/2026
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:								
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.007.595	-	50.816	29.058.411	37.676.185	55.794	15.734.225	5.008.367	8.260.025	29.058.411
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.588.670	(61.763)	(209.530)	9.317.377	9.225.824	-	-	2.029.946	7.287.431	9.317.377
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.419.862	(989.956)	(3.412.518)	22.017.388	20.779.521	-	113.380	349.357	21.554.651	22.017.388
Total	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**

IV) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

										Banco
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (1)	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**50.851.381**	**(23.693)**	**50.827.688**	**44.658.872**	**3.886.608**	**10.052.165**	**22.381.224**	**14.507.691**	**50.827.688**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.854	3.886.608	-	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	-	11.494.772	7.152.686	-	-	-	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	-	3.140	5.771	-	3.140	-	-	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	-	17.232.609	12.798.561	-	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Títulos Privados	**67.685.680**	**10.944**	**67.696.624**	**68.869.331**	**2.836.297**	**13.734.752**	**21.369.279**	**29.756.296**	**67.696.624**
Debêntures	25.966.126	(2.858)	25.963.268	30.944.216	304.677	2.266.548	8.047.170	15.344.873	25.963.268
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	-	819.365	727.887	-	-	444.450	374.915	819.365
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	-	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Eurobonds	69.361	-	69.361	86.107	-	-	-	69.361	69.361
Notas Promissórias - NP	3.724.577	-	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Notas Comerciais	3.833.092	344	3.833.436	3.603.033	111.267	709.073	1.254.657	1.758.439	3.833.436
Total	**118.537.061**	**(12.749)**	**118.524.312**	**113.528.203**	**6.722.905**	**23.786.917**	**43.750.503**	**44.263.987**	**118.524.312**

(1) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

										Consolidado
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**50.861.026**	**(23.693)**	**50.837.333**	**44.667.885**	**3.886.608**	**10.052.165**	**22.381.224**	**14.517.336**	**50.837.333**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.851	3.886.608	-	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	-	11.494.772	7.152.686	-	-	-	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	-	3.140	5.771	-	3.140	-	-	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	-	17.232.609	12.798.561	-	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.645	-	9.645	9.016	-	-	-	9.645	9.645
Títulos Privados	**79.373.193**	**(685.433)**	**78.687.760**	**73.276.249**	**2.912.457**	**13.734.752**	**20.555.115**	**41.485.436**	**78.687.760**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	-	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	-	819.365	727.887	-	-	444.450	374.915	819.365
Debêntures	37.034.935	(699.234)	36.335.701	35.242.260	304.677	2.266.548	7.233.006	26.531.470	36.335.701
Eurobonds	69.361	-	69.361	86.107	-	-	-	69.361	69.361
Notas Comerciais	4.451.796	343	4.452.139	3.711.907	187.427	709.073	1.254.657	2.300.982	4.452.139
Notas Promissórias - NP	3.724.577	-	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Total	**130.234.219**	**(709.126)**	**129.525.093**	**117.944.134**	**6.799.065**	**23.786.917**	**42.936.339**	**56.002.772**	**129.525.093**

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R$ 127.806.191 (31/12/2025 R$ 116.499.728)

(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	16.386.923	17.434.682	16.958.019	21.002.826
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.375.197	12.428.269	9.939.337	5.912.820
Resultado de Títulos de Renda Variável	40.220	(802.730)	452.641	(936.530)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	21.028	11.254
Reversão/(Provisão) para Perdas por não Recuperação (1)	34.930	114.938	34.930	114.938
Rendas de Aplicações em Fundos	1.640.793	888.754	12.916	109.360
Outras	186.970	164.262	185.103	2.162.949
Total	**33.665.033**	**30.228.175**	**27.603.974**	**28.377.617**

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black* & *Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de *swap* são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco 30/06/2026		Banco 31/12/2025		Consolidado 30/06/2026		Consolidado 31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	33.166.648	24.663.339	19.843.763	18.053.370	13.082.496	12.946.211	11.791.670	11.905.906
Opções	5.491.977	8.646.067	5.868.758	6.245.167	5.202.599	5.682.469	6.312.488	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	8.793.518	4.559.069	41.187.748	35.870.144	8.325.878	3.757.376

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 30/06/2026			Consolidado 31/12/2025		
Negociação	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**
Swap	**1.000.626.373**	**(1.034.736)**	**136.285**	**1.105.348.145**	**(2.390.800)**	**(114.236)**
Ativo	**486.427.003**	**8.064.957**	**13.082.496**	**551.478.673**	**9.298.735**	**11.791.670**
Juros	342.165.398	3.278.986	5.607.187	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	132.041.478	4.785.971	7.229.911	125.487.312	3.257.875	4.942.313
Outros	12.220.127	-	245.398	1.738.230	1.507	3.340
Passivo	**514.199.370**	**(9.099.693)**	**(12.946.211)**	**553.869.472**	**(11.689.535)**	**(11.905.906)**
Juros	460.139.210	(7.690.162)	(11.123.430)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	41.925.163	(1.280.323)	(1.290.028)	42.496.945	(1.150.742)	(1.366.055)
Outros	12.134.997	(129.208)	(532.753)	1.093.152	(169.285)	(190.404)
Opções	**567.022.194**	**(2.772.958)**	**(479.870)**	**724.241.728**	**(2.364.529)**	**341.644**
Compromissos de Compra	**268.699.708**	**4.532.549**	**5.202.599**	**300.697.253**	**4.436.345**	**6.312.488**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	35.729.501	2.739.946	2.768.811	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	**35.568.725**	**526.495**	**1.152.196**	**12.400.038**	**887.741**	**3.216.467**
Mercado Interfinanceiro	6.637.418	268.161	434.814	5.677.984	555.307	2.287.818
Outras (2)	28.931.307	258.334	717.382	6.722.054	332.434	928.649
Opções de Venda Outras	**177.854.759**	**345.604**	**69.045**	**252.299.683**	**540.737**	**128.834**
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Outras (2)	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	**298.322.486**	**(7.305.507)**	**(5.682.469)**	**423.544.475**	**(6.800.874)**	**(5.970.844)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.402.528	(950.669)	(952.684)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.903.345	(630.089)	(790.967)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	**74.512.220**	**(4.824.498)**	**(3.033.702)**	**90.098.059**	**(4.452.630)**	**(3.443.887)**
Mercado Interfinanceiro	29.768.868	(3.008.798)	(2.022.055)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Outras (2)	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	**193.504.393**	**(900.251)**	**(905.116)**	**309.534.966**	**(1.080.632)**	**(1.415.493)**
Mercado Interfinanceiro	1.159.455	(138.477)	(16.673)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Outras (2)	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	**713.134.270**	**-**	**-**	**567.709.896**	**(54.829)**	**-**
Posição Comprada	**370.747.549**	**-**	**-**	**283.663.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	94.436.501	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	4.094.659	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	**342.386.721**	**-**	**-**	**284.046.617**	**(54.829)**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	67.231.738	-	-	21.545.898	(54.829)	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	**539.368.882**	**(11.089.628)**	**4.568.502**	**480.123.205**	**(37.395.965)**	**5.758.399**
Compromissos de Compra	**264.139.627**	**6.455.714**	**8.325.878**	**221.363.620**	**5.957.072**	**40.639.691**
Moedas	200.937.273	5.963.316	7.913.913	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	63.202.354	492.398	411.965	67.098.260	338.839	32.148.997
Compromissos de Venda	**275.229.255**	**(17.545.342)**	**(3.757.376)**	**258.759.585**	**(43.353.037)**	**(34.881.292)**
Moedas	212.031.417	(17.057.460)	(3.602.293)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	63.197.838	(487.882)	(155.083)	67.267.976	(508.555)	(32.367.865)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco – Valor Referencial										
	Contraparte					Abertura por Vencimento 30/06/2026			Mercado de Negociação 30/06/2026	
				30/06/2026	31/12/2025					
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Bolsas (2)**	**Balcão (3)**
Swap	277.268.514	895.180.192	283.635.107	1.456.083.813	1.485.041.092	68.731.628	233.124.402	1.154.227.783	165.172.955	1.290.910.858
Opções	86.210.044	28.502.309	466.217.967	580.930.320	759.167.701	203.965.879	251.376.257	125.588.184	413.900.141	167.030.179
Contratos de Futuros	2.809.772	10.469.058	709.092.467	722.371.297	567.709.896	264.104.774	228.125.149	230.141.374	712.300.837	10.070.460
Contratos a Termo e Outros	108.279.302	363.027.714	107.597.904	578.904.920	513.234.850	261.579.872	184.695.870	132.629.178	40.821.414	538.083.506

	Consolidado – Valor Referencial									
	Contraparte					Abertura por Vencimento 30/06/2026			Mercado de Negociação 30/06/2026	
				30/06/2026	31/12/2025					
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Bolsas (2)**	**Balcão (3)**
Swap	277.268.514	420.143.352	303.214.507	1.000.626.373	1.105.348.145	61.698.138	184.711.553	754.216.682	92.235.489	908.390.884
Opções	86.210.042	14.594.185	466.217.967	567.022.194	724.241.728	203.965.879	250.469.782	112.586.533	413.295.259	153.726.935
Contratos de Futuros	2.809.772	1.232.031	709.092.467	713.134.270	567.709.896	264.104.774	227.743.644	221.285.852	711.902.239	1.232.031
Contratos a Termo e Outros	108.279.311	323.491.667	107.597.904	539.368.882	480.123.205	249.094.823	166.876.212	123.397.847	40.821.414	498.547.468

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados na B3.
(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

• Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,

• Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

• Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram apuradas inefetividade nos *hedge* referentes a parcela inefetiva.

	Banco 30/06/2026						Banco 31/12/2025					
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**		**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Risco de Mercado	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*)**	**Instrumento (*)**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*)**	**Instrumento (*)**
Contratos de Swap	**1.618.549**	**1.673.960**	**1.533.450**	**1.533.450**	**85.099**	**140.510**	**1.772.953**	**1.772.396**	**1.664.551**	**1.664.551**	**108.402**	**107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	**54.964.038**	**55.173.936**	**54.459.768**	**54.627.291**	**504.270**	**546.645**	**65.258.120**	**63.114.906**	**64.712.636**	**62.526.669**	**545.484**	**588.237**
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553	324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Futuros	**85.254.442**	**85.190.475**	**85.317.560**	**85.270.900**	**(63.118)**	**(80.425)**	**75.691.789**	**76.698.781**	**76.258.560**	**77.325.400**	**(566.771)**	**(626.619)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

	Consolidado 30/06/2026						Consolidado 31/12/2025					
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**		**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Risco de Mercado	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*)**	**Instrumento (*)**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*)**	**Instrumento (*)**
Contratos de Swap	**1.618.549**	**1.673.960**	**1.533.450**	**1.533.450**	**85.099**	**140.510**	**1.772.953**	**1.772.396**	**1.664.551**	**1.664.551**	**108.402**	**107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023	123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076	17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500	65.332
Contratos de Futuros	**54.964.038**	**55.173.936**	**54.459.768**	**54.627.291**	**504.270**	**546.645**	**65.258.120**	**63.114.906**	**64.712.636**	**62.526.669**	**545.484**	**588.237**
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359	156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358	65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784	88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553	324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341	303.584
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	**8.251.247**	**10.079.371**	**7.293.622**	**9.178.334**	**957.625**	**901.037**	**7.230.278**	**8.643.506**	**6.496.348**	**8.021.917**	**733.930**	**621.589**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.251.247	10.079.371	7.293.622	9.178.334	957.625	901.037	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930	621.589
Contratos de Futuros	**85.254.442**	**85.190.475**	**85.317.560**	**85.270.900**	**(63.118)**	**(80.425)**	**75.691.789**	**76.698.781**	**76.258.560**	**77.325.400**	**(566.771)**	**(626.619)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616)	(135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504)	(250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498	55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267)	(375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos ou passivos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa ou passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

	Banco					Consolidado				
				30/06/2026	31/12/2025				30/06/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total**
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	**1.035.320**	**-**	**498.130**	**1.533.450**	**1.664.551**	**1.035.320**	**-**	**498.130**	**1.533.450**	**1.664.551**
Hedge de Operações de Crédito	1.035.320	-	-	1.035.320	**1.166.421**	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	**6.225.579**	**17.180.425**	**31.221.287**	**54.627.291**	**62.526.669**	**6.225.579**	**17.180.425**	**31.221.287**	**54.627.291**	**62.526.669**
Hedge de Operações de Crédito	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490
Hedge de Captações	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.178.334**	**9.178.334**	**8.021.917**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	9.178.334	9.178.334	8.021.917
Contratos de Futuros	**8.325.000**	**28.034.600**	**48.911.300**	**85.270.900**	**77.325.400**	**8.325.000**	**28.034.600**	**48.911.300**	**85.270.900**	**77.325.400**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000	-	-	400.000	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, majoritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

***Credit Default Swaps* - CDS**

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado Valor Nominal 30/06/2026	Banco/Consolidado Valor Nominal 31/12/2025
	Risco Transferido - Swap de Crédito	**Risco Transferido - Swap de Crédito**
Swap de Créditos	8.479.082	7.950.397
Total	**8.479.082**	**7.950.397**

Durante o semestre não houve risco retido referente a Swap de taxa de retorno.
Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2026		31/12/2025	
Exposição - Brutos	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento: CDS	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.187.508	10.894.447	13.513.379	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.593.079	15.971.113	19.290.954	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.314.247	4.285.590	2.203.563	7.063.913
Total	**27.094.834**	**31.151.150**	**35.007.896**	**41.770.662**

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	3.476.106	745.563	11.703.494	10.163.491
Relações Interfinanceiras	124.513.175	119.219.756	125.313.775	119.931.424
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Total	**131.327.747**	**123.037.354**	**140.355.735**	**133.166.950**
Circulante	**129.181.741**	**121.157.120**	**130.591.379**	**122.639.618**
Não Circulante	**2.146.006**	**1.880.235**	**9.764.356**	**10.527.332**

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.955.175	323.614	10.501.039	8.941.971
Caixas de Registro e Liquidação	47.219	6.436	81.033	40.309
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	-	64.533	566.018	780.883
Bolsas - Depósitos em Garantia	442.046	312.175	442.046	312.175
Outros	31.666	38.805	113.358	88.153
Total	**3.476.106**	**745.563**	**11.703.494**	**10.163.491**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	490.182	1.702.186	7.239.988	10.157.175
Credores - Conta Liquidações Pendentes	73.735	33.979	500.011	499.911
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.058.635	1.489.859
Caixas de Registro e Liquidação	3	-	614.987	254.626
Comissões e Corretagens a Pagar	3.587	1.788	6.575	4.131
Outros	130.692	65.696	130.804	65.927
Total	**698.199**	**1.803.649**	**9.551.000**	**12.471.629**

8. CARTEIRA DE CRÉDITOS

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Operações de Crédito	**356.913.149**	**365.651.162**	**457.758.778**	**462.212.788**
Empréstimos e Títulos Descontados	222.770.276	228.919.438	226.197.131	232.861.034
Financiamentos	41.962.109	46.104.661	139.380.883	138.724.693
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	18.832.729	20.203.732	18.832.729	20.203.732
Financiamentos Imobiliários	73.348.035	70.423.331	73.348.035	70.423.329
Operações de Arrendamento Mercantil	**-**	**-**	**3.521.579**	**3.600.813**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11)	**7.920.165**	**7.831.380**	**7.920.165**	**7.831.380**
Outros Créditos	**81.695.639**	**83.640.484**	**94.742.477**	**96.398.260**
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Outros Créditos Diversos (Nota 11) (1)	78.357.173	80.568.449	91.404.011	93.326.225
Total (2)	**446.528.953**	**457.123.026**	**563.942.999**	**570.043.241**

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).
(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R$ 344 milhões e R$ 1.230 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, as cessões sem coobrigação foram no montante de R$ 128.745 (31/12/2025 - R$ 13.406.156) em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R$ 8.695 (31/12/2025 - R$ 578.671) Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de financiamentos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2026, o valor presente das operações cedidas é de R$ 15.260 (31/12/2025 - R$ 16.768). Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Vencidas (1)	32.185.679	32.080.446	43.481.821	41.455.677
A vencer:				
Até 3 meses	16.801.307	20.540.753	17.960.496	21.072.028
De 3 a 12 meses	67.877.056	65.712.659	74.959.362	71.554.206
Acima de 12 meses	240.049.107	247.317.304	324.878.678	331.731.690
Total	**356.913.149**	**365.651.162**	**461.280.357**	**465.813.601**

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Vencidas	2.463.062	1.919.383	2.679.768	2.076.976
A vencer:				
Até 3 meses	17.065.032	17.527.523	18.748.663	19.093.089
De 3 a 12 meses	66.599.059	68.253.501	76.113.695	77.535.972
Acima de 12 meses	3.488.651	3.771.457	5.120.516	5.523.603
Total	**89.615.804**	**91.471.864**	**102.662.642**	**104.229.640**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Setor Privado	**441.052.348**	**451.899.387**	**558.424.468**	**564.780.488**
Indústria	80.957.061	79.896.637	86.096.111	85.108.984
Comércio	51.669.565	54.971.362	63.493.787	66.367.026
Instituições Financeiras	2.083.594	2.167.346	2.101.177	2.183.588
Serviços e Outros (1)	58.643.634	60.340.107	68.951.791	71.172.365
Pessoas Físicas	**241.398.226**	**247.282.218**	**331.397.144**	**332.612.376**
Cartão de Crédito	65.197.800	65.414.454	65.197.800	65.414.454
Crédito Imobiliário	70.315.789	67.814.178	70.315.789	67.814.178
Crédito Consignado	56.235.025	61.147.602	56.235.025	61.147.602
Financiamento e Leasing de Veículos	106.192	151.157	84.120.945	80.785.771
Outros (2)	49.543.420	52.754.827	55.527.585	57.450.371
Agricultura	**6.300.268**	**7.241.717**	**6.384.458**	**7.336.149**
Setor Público	**5.476.605**	**5.223.639**	**5.518.531**	**5.262.753**
Governos	5.476.605	5.223.639	5.518.531	5.262.753
Total	**446.528.953**	**457.123.026**	**563.942.999**	**570.043.241**

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado 30/06/2026		Consolidado 31/12/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	5.943.145	0,8 %	6.248.379	0,9 %
10 Maiores	35.031.117	4,8 %	40.321.298	5,6 %
20 Maiores	54.764.388	7,6 %	60.262.238	8,4 %
50 Maiores	91.910.242	12,7 %	96.242.042	13,4 %
100 Maiores	126.304.341	17,5 %	129.353.856	18,0 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

9. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	30/06/2026 Banco				30/06/2026 Consolidado			
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**	**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	3.644.866	3.649.328	22.492.411	**29.786.605**	5.520.729	3.989.104	26.815.450	**36.325.283**
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	**-**	9.090	1.325	10.558	**20.973**
Outros recebíveis (2)	820.823	995.002	1.680.254	**3.496.079**	878.331	1.001.633

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						Banco
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 2**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.053.246	(719.924)	(2.054.890)	(274.350)	1.768.346	694.528	-	4.466.956
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	200.158	(33.530)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	195.280
Total	**5.253.404**	**(753.454)**	**(2.082.358)**	**(285.139)**	**1.818.488**	**711.295**	**-**	**4.662.236**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	4.871.047	5.114.216	(1.768.346)	(5.852.244)	2.054.890	224.767	-	4.644.330
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	248.927	(80.754)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	**5.119.974**	**5.033.462**	**(1.818.488)**	**(6.015.372)**	**2.082.358**	**387.895**	**-**	**4.789.829**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 2**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.171.179	5.937.883	(694.528)	(224.767)	274.350	5.852.244	(11.917.901)	24.398.460
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.261	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.941
Total	**27.708.565**	**6.547.144**	**(711.295)**	**(387.895)**	**285.139**	**6.015.372**	**(11.962.629)**	**27.494.401**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						Consolidado
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 2**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.177.741	(705.717)	(2.661.122)	(348.237)	1.989.674	957.078	-	6.409.417
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	220.511	(32.292)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	216.871
Total	**7.398.252**	**(738.009)**	**(2.688.590)**	**(359.026)**	**2.039.816**	**973.845**	**-**	**6.626.288**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.213.623	5.156.486	(1.989.674)	(6.469.911)	2.661.122	420.416	-	4.992.062
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	209.595	(41.422)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	**5.423.218**	**5.115.064**	**(2.039.816)**	**(6.633.039)**	**2.688.590**	**583.544**	**-**	**5.137.561**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 2**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	28.510.748	7.621.768	(957.078)	(420.416)	348.237	6.469.911	(12.465.007)	29.108.163
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.262	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.942
Total	**31.048.134**	**8.231.030**	**(973.845)**	**(583.544)**	**359.026**	**6.633.039**	**(12.509.735)**	**32.204.105**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

		Movimentação das Carteiras						Banco
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 2**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	401.086.094	5.808.821	(31.059.197)	(3.312.243)	13.295.284	1.587.139	-	387.405.898
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	58.689.914	(193.681)	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	-	55.437.079
Total	**459.776.008**	**5.615.140**	**(36.384.853)**	**(3.704.407)**	**15.922.229**	**1.618.860**	**-**	**442.842.977**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	19.189.619	70.001	(13.295.284)	(14.947.241)	31.059.197	502.072	-	22.578.364
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	-	4.479.808
Total	**24.181.436**	**(737.731)**	**(15.922.229)**	**(17.385.995)**	**36.384.853**	**537.838**	**-**	**27.058.172**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 2**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	36.720.116	(4.516.149)	(1.587.139)	(502.072)	3.312.243	14.947.241	(11.917.901)	36.456.339
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.600	(126.566)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	**41.907.716**	**(4.642.715)**	**(1.618.860)**	**(537.838)**	**3.704.407**	**17.385.995**	**(11.962.629)**	**44.236.076**

(1) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações.

		Movimentação das Carteiras						Consolidado
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 2**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.794.101	12.252.476	(36.713.587)	(4.053.970)	14.919.477	2.130.605	-	494.329.102
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	63.096.830	6.390.539	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	-	66.428.215
Total	**568.890.931**	**18.643.015**	**(42.039.243)**	**(4.446.134)**	**17.546.422**	**2.162.326**	**-**	**560.757.317**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 3**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 3**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	21.495.576	(208.205)	(14.919.477)	(18.761.181)	36.713.587	855.877	-	25.176.177
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	-	4.479.808
Total	**26.487.393**	**(1.015.937)**	**(17.546.422)**	**(21.199.935)**	**42.039.243**	**891.643**	**-**	**29.655.985**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	**Outras Movimentações (1)**	**Transferências para Estágio 1**	**Transferências para Estágio 2**	**Transferências do Estágio 1**	**Transferências do Estágio 2**	**Write Off**	**Saldo final 30/06/2026**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	42.626.250	(5.640.544)	(2.130.605)	(855.877)	4.053.970	18.761.181	(12.465.007)	44.349.368
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.602	(126.568)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	**47.813.852**	**(5.767.112)**	**(2.162.326)**	**(891.643)**	**4.446.134**	**21.199.935**	**(12.509.735)**	**52.129.105**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	**38.081.943**	**33.510.588**	**43.869.604**	**37.895.277**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	1.500.687	-	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	**-**	**35.011.275**	**-**	**42.207.251**
Constituições Líquidas das Reversões	10.827.152	11.709.679	12.608.085	13.906.398
Baixas	(11.962.629)	(12.528.937)	(12.509.735)	(14.447.876)
Saldo Final	**36.946.466**	**34.192.017**	**43.967.954**	**41.665.773**
Créditos Recuperados	**921.322**	**1.228.140**	**1.055.711**	**1.525.552**

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco		Consolidado	
	Novos Instrumentos Reconhecidos		**Novos Instrumentos Reconhecidos**	
	30/06/2026	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Instrumentos Financeiros Renegociados	**4.379.222**	**9.334.911**	**5.447.351**	**11.685.422**
Operações de Crédito	4.379.222	9.334.911	5.447.351	11.685.422

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	40.574.220	43.958.103	47.784.181	49.415.900
Percentual dos Ativos Reestruturados (%) (2)	55 %	48 %	47 %	49 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	**(1.613.543)**	**(2.688.035)**	**(2.053.426)**	**(3.240.091)**

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.
(2) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renego**ciados, incluindo os reestruturados.**

10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativos Fiscais Diferidos	52.812.059	50.833.229	57.852.828	54.809.420
Impostos e Contribuições a Compensar	12.030.798	11.691.540	14.533.300	14.105.120
Total	**64.842.857**	**62.524.769**	**72.386.128**	**68.914.540**
Circulante	**4.054.720**	**2.456.396**	**4.397.852**	**2.846.177**
Não Circulante	**60.788.137**	**60.068.373**	**67.988.276**	**66.068.363**

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem					Banco
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	**Incorporação**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2026**
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	70.952.716	34.316.946	-	4.810.124	(7.198.347)	31.928.723
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.463.074	1.418.511	64	614.040	(474.233)	1.558.382
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.789.989	914.441	-	380.868	(39.813)	1.255.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.718.866	1.858.284	1.102	1.197.851	(933.746)	2.123.491
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (1)	5.091.860	1.522.753	-	347.876	-	1.870.629
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	267.219	221.962	-	10.103	(111.816)	120.249
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	6.101.031	2.906.747	-	324.029	(329.278)	2.901.498
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	988.884	626.984	1.063	457.441	(652.213)	433.275
Outras Provisões Temporárias (3)	5.673.247	1.832.237	420	2.349.180	(1.739.172)	2.442.665
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**100.046.886**	**45.618.865**	**2.649**	**10.491.512**	**(11.478.618)**	**44.634.408**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.373.008	5.214.363	-	3.017.767	(54.479)	8.177.651
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**117.419.894**	**50.833.228**	**2.649**	**13.509.279**	**(11.533.097)**	**52.812.059**

	Origem					Consolidado
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	**Incorporação**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2026**
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	75.901.020	36.726.915	676	5.060.486	(7.709.670)	34.078.407
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.699.309	1.505.470	266	661.316	(508.705)	1.658.347
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.756.130	975.864	33	1.566.862	(47.028)	2.495.731
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.119.791	1.994.838	2.636	1.248.871	(971.018)	2.275.327
Ágio	6.491	-	2.207	-	-	2.207
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	5.336.806	1.615.592	-	354.674	(3.625)	1.966.641
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	327.009	243.024	-	9.879	(111.828)	141.075
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	7.137.188	3.308.128	-	565.706	(528.134)	3.345.700
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.216.855	783.424	1.063	501.886	(773.556)	512.817
Outras Provisões Temporárias (3)	6.727.105	2.364.321	1.688	2.799.653	(2.080.146)	3.085.516
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**111.227.704**	**49.517.576**	**8.569**	**12.769.333**	**(12.733.710)**	**49.561.768**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.753.912	5.291.844	-	3.085.417	(86.201)	8.291.060
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**128.981.616**	**54.809.420**	**8.569**	**15.854.750**	**(12.819.911)**	**57.852.828**

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
(4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R$ 1.268 milhões no Banco e de R$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 30 de junho de 2026, os créditos tributários não ativados totalizaram R$ 28.628 (31/12/2025 - R$ 154.494)
O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 30/06/2026
		Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Base Negativa**	**Registrado**
2026	2.421.838	1.953.577	62.053	-	4.437.468
2027	4.466.980	3.610.954	123.847	-	8.201.781
2028	3.710.348	2.997.678	123.555	1.616.516	8.448.097
2029	3.399.085	2.733.961	123.303	1.800.372	8.056.721
2030	2.863.573	2.290.852	65.407	2.130.419	7.350.251
2031 a 2035	7.576.564	6.061.251	22.304	2.630.344	16.290.463
Após 2036	15.154	12.123	-	-	27.278
Total	**24.453.542**	**19.660.396**	**520.469**	**8.177.651**	**52.812.059**

					Consolidado 30/06/2026
		Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Base Negativa**	**Registrado**
2026	3.382.866	2.679.477	68.007	54.613	6.184.962
2027	5.493.049	4.434.667	135.618	32.270	10.095.603
2028	4.225.957	3.179.147	135.307	1.627.456	9.167.867
2029	3.549.637	2.832.961	134.924	1.807.724	8.325.246
2030	3.064.391	2.417.614	71.210	2.134.703	7.687.918
2031 a 2035	7.617.111	6.089.652	22.304	2.634.294	16.363.361
Após 2036	15.539	12.333	-	-	27.871
Total	**27.348.550**	**21.645.851**	**567.370**	**8.291.060**	**57.852.828**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.
A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.II). A opção, que é irretratável, foi tomada pela administração em dezembro de 2025 e o estudo de realização dos créditos tributários considera 1/120 (10 anos) para as empresas Banco Santander (Brasil) S.A., Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e, considera 1/84 (7 anos) para as empresas Banco RCI Brasil S.A. e Banco Hyundai Capital Brasil S.A.
A Lei Complementar 224/25 aumentou as alíquotas de CSLL para as empresas financeiras e de capitalização e essa remensuração do crédito tributário já está considerada nesta nota.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R$ 38.301.613 (31/12/2025 - R$ 36.863.488) no Banco e R$ 42.379.390 (31/12/2025 - R$ 40.180.042) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Passivos Fiscais Diferidos	6.199.030	4.809.465	7.484.906	6.746.835
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	122.588	367.543	785.874	1.340.034
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	969.822	1.234.335	4.152.693	4.655.275
Total	**7.291.440**	**6.411.343**	**12.423.473**	**12.742.144**
Circulante	**982.752**	**1.596.407**	**4.715.904**	**3.462.330**
Não Circulante	**6.308.688**	**4.814.936**	**7.707.569**	**9.279.814**

(1) Inclui a parcela equivalente a R$ 359.154 no Banco e R$ 3.180.949 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2026**
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	7.715.796	2.389.366	1.384.448	-	3.773.814
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	3.729.649	1.764.416	397.418	(379.732)	1.782.102
Superveniência de Arrendamento Mercantil	345	5.275	-	(5.189)	86
Outros (2)	1.429.361	650.408	-	(7.381)	643.027
Total	**12.875.151**	**4.809.465**	**1.781.866**	**(392.302)**	**6.199.030**

	Origem				Consolidado
	30/06/2026	Saldo em 31/12/2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2026**
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	11.611.429	3.158.806	4.598.922	(3.155.528)	4.602.200
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge (1)	3.811.040	1.809.330	416.583	(405.409)	1.820.504
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.787.064	470.700	-	(23.935)	446.765
Outros (2)	2.253.313	1.307.999	36.417	(728.979)	615.437
Total	**19.462.846**	**6.746.835**	**5.051.922**	**(4.313.851)**	**7.484.906**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee e dos planos de pensão.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco 30/06/2026
		Diferenças Temporárias		Total
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Registrado**
2026	378.934	266.291	66.527	711.752
2027	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2028	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2029	757.853	532.582	133.053	1.423.488
2030	388.506	273.951	66.527	728.984
2031 a 2035	95.870	76.604	-	172.474
Após 2036	175.187	140.141	-	315.328
Total	**3.312.084**	**2.354.733**	**532.213**	**6.199.030**

				Consolidado 30/06/2026
		Diferenças Temporárias		Total
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Registrado**
2026	510.590	285.492	81.506	877.588
2027	984.670	578.344	161.838	1.724.852
2028	987.065	579.756	161.693	1.728.514
2029	967.838	570.556	160.167	1.698.561
2030	528.366	286.288	79.763	894.417
2031 a 2035	150.116	94.310	-	244.426
Após 2036	176.047	140.501	-	316.548
Total	**4.304.692**	**2.535.247**	**644.967**	**7.484.906**

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**7.988.930**	**7.498.015**	**7.936.429**	**10.200.605**
Participações no Lucro (1)	(1.026.521)	(983.907)	(1.463.165)	(1.400.392)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	**6.962.409**	**6.514.108**	**6.473.088**	**8.800.037**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	**(3.133.084)**	**(2.931.349)**	**(2.912.889)**	**(3.960.017)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.266.580	1.678.931	71.542	70.334
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	917.560	774.792	1.080.787	917.344
Juros sobre o Capital Próprio	1.678.500	1.350.000	1.800.000	1.350.000
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	52.023	(15.583)	74.598
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	444.026	529.338
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(309.205)	(86.636)	(323.007)	(233.396)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**
Impostos Correntes	**(298.606)**	**(108.303)**	**(1.869.612)**	**(2.174.601)**
Imposto de renda e contribuição social do período	(298.606)	(108.303)	(1.869.612)	(2.174.601)
Impostos Diferidos	**(2.244.331)**	**927.515**	**(984.728)**	**893.273**
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(2.244.331)	927.515	(984.728)	893.273
Movimentação do Período:	**(54.479)**	**(25.347)**	**(54.479)**	**(31.292)**
Base Negativa de Contribuição Social	(24.213)	(25.347)	(24.213)	(31.292)
Prejuízo Fiscal	(30.266)	-	(30.266)	-
Constituição no período sobre:	**3.017.767**	**43.896**	**3.053.695**	**60.821**
Base Negativa de Contribuição Social	1.220.230	15.865	1.218.856	30.657
Prejuízo Fiscal	1.797.537	28.031	1.834.839	30.164
Total dos impostos diferidos	**718.957**	**946.064**	**2.014.488**	**922.802**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%; 15% e 17,5%.

e) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Despesa com Cofins	1.484.785	1.536.065	2.051.347	2.099.303
Despesa com ISS	382.353	353.015	567.687	475.972
Despesa com PIS	241.278	249.611	353.672	354.888
Outras	75.896	122.338	116.726	150.112
Total	**2.184.312**	**2.261.029**	**3.089.432**	**3.080.275**

11. OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	78.101.794	80.304.976	90.877.211	92.838.170
Devedores por Depósitos em Garantia:				
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.614.894	4.861.297	8.711.455	6.921.832
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.565.654	2.902.461	1.660.849	2.997.470
Outros - Cíveis	808.704	780.178	1.021.072	989.291
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	173.239	242.904	173.239	242.904
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	65.255	45.901	65.782	46.596
Adiantamentos Salariais	515.663	107.027	596.060	523.147
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	5.295.079	2.972.112
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	7.920.165	7.831.380	7.920.165	7.831.380
Adiantamentos - Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (1)	2.960.517	-	2.980.081	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	323.668	316.071	396.927	387.886
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	255.379	263.473	526.800	488.055
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	8.302.604	17.141.209	27.139	474.005
Rendas a Receber	3.548.549	4.295.561	3.782.932	3.759.148
Outros Valores e Bens	1.570.908	1.487.750	1.676.571	1.507.012
Outros (2)	5.193.733	4.485.955	8.145.680	11.530.234
Total	**117.921.222**	**125.066.639**	**133.857.538**	**133.509.738**
Circulante	**111.288.689**	**113.238.081**	**124.878.105**	**119.504.180**
Não Circulante	**6.632.533**	**11.828.558**	**8.979.434**	**14.005.558**

(1) Em março de 2026, o Banco efetuou o pagamento, à vista, de contribuição extraordinária ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conforme determinação regulatória aplicável às instituições financeiras associadas. Essa contribuição extraordinária possui caráter não recorrente e será integralmente deduzida das contribuições ordinárias periódicas devidas ao FGC em períodos subsequentes, conforme regulamentação vigente.
(2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. INFORMAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS NO EXTERIOR

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Resultado do Período	1.311.352	1.256.628	1.311.018	1.211.941

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo (1)	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativo				
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	141.488.752	151.083.884	135.851.216	138.238.570
Ativo Permanente	29	-	-	-
Total do Ativo	**141.488.781**	**151.083.915**	**135.851.216**	**138.238.570**
Passivo				
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	113.843.838	117.564.694	105.608.339	107.399.778
Patrimônio Líquido	27.644.943	33.519.221	30.242.877	30.838.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**141.488.781**	**151.083.915**	**135.851.216**	**138.238.570**

(1) A moeda funcional é o Real.

13. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS E COLIGADAS

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil) Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	30/06/2026 Participação Direta	Participação Consolidada
Controladas pelo Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.673	14.067.673	99,99 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda.	Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00 %	50,00 %

Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	30/06/2026 Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee BenefÍcios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (2);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
- D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada; e
- Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.

(2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Banco Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2026	**01/01 a 30/06/2026**	**30/06/2026**	31/12/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Controladas do Banco Santander						
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	4.807.649	361.088	4.807.649	4.708.950	359.893	901.120
Banco RCI Brasil S.A.	1.415.415	149.582	564.622	502.205	59.670	45.124
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	237.251	(5.321)	237.251	243.560	(6.309)	16.140
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	384.851	8.920	384.851	375.520	6.223	273.847
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.377	348.646	1.179.377	1.179.837	348.646	323.805
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.317.747	328.741	1.317.747	989.007	328.741	175.780
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.170.459	64.891	1.170.456	1.106.652	64.891	40.396
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	6.891.626	655.903	6.891.626	6.376.378	655.903	1.084.689
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.603.098	541.988	10.603.098	10.249.940	541.988	381.681
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	597.997	13.625	597.997	225.219	10.066	15.014
Influência Significativa do Banco Santander						
Núclea S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee BenefÍcios Brasil S.A	3.346.540	274.385	1.808.390	1.856.699	54.877	56.735
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	818.648	62.553	199.750	-	15.263	-
Outros (1)	1.582.298	284.577	951.498	2.483.556	316.773	360.116
Total	**36.183.714**	**3.420.423**	**31.035.244**	**30.611.957**	**2.814.622**	**3.730.957**

(1) Compreende os investimentos na Rojo Entretenimento S.A., BEN Benefícios, SX Negócios Ltda., Gestora de Crédito, F1rst Tecnologia e Inovação Ltda., SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda, Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (incorporada no Banco em abril/2026), Esfera Fidelidade S.A. (incorporada no Banco em junho/2026), Santander Holding Imobiliária S.A. (incorporada na Tools em abril/2026) referentes aos exercícios de 2025 e 2026.

	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	Lucro Líquido (Prejuízo) (1)	Valor dos Investimentos		Consolidado Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2026	**01/01 a 30/06/2026**	**30/06/2026**	31/12/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	22.905	(15.792)	3.816	3.946	(2.631)	(3.107)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	282.147	(28.162)	43.902	48.284	(4.382)	(1.219)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	8.332	1.348	4.166	3.492	674	352
Santander Auto S.A.	141.716	64.358	70.858	56.745	32.179	13.531
Tecnologia Bancária S.A.	1.046.744	55.601	198.672	188.119	10.553	762
Influência Significativa do Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	565.210	25.720	169.563	187.110	7.716	35.337
Influência Significativa do Banco Santander						
Núclea S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.346.540	274.385	1.808.389	1.856.700	54.877	56.734
Outros	-	(4.300)	-	74.785	2.000	-
Total	**7.244.352**	**704.002**	**2.620.298**	**2.733.615**	**158.983**	**156.299**

(1) Refere-se ao patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido com ajustes de adequação de critérios contábeis assegurando que os números representem corretamente a posição financeira e o resultado das entidade perante os órgãos reguladores.

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banco 30/06/2026 Custo	Depreciação Acumulada	Residual	31/12/2025 Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	**2.316.380**	**(1.099.972)**	**1.216.408**	**2.312.767**	**(1.070.979)**	**1.241.788**
Terrenos	588.192	-	588.192	588.688	-	588.688
Edificações	1.728.188	(1.099.972)	628.216	1.724.079	(1.070.979)	653.100
Outras Imobilizações de Uso	**12.099.914**	**(8.452.393)**	**3.647.521**	**11.169.690**	**(8.330.511)**	**2.839.179**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.508.990	(3.838.700)	1.670.290	4.833.152	(3.791.690)	1.041.462
Equipamentos de Processamento de Dados	2.650.548	(1.652.618)	997.930	2.430.919	(1.592.195)	838.724
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.905.496	(2.280.700)	624.796	2.979.900	(2.297.436)	682.464
Sistemas de Segurança e Comunicações	906.482	(636.045)	270.437	846.051	(608.010)	238.041
Outras	128.398	(44.330)	84.068	79.668	(41.180)	38.488
Total	**14.416.294**	**(9.552.365)**	**4.863.929**	**13.482.457**	**(9.401.490)**	**4.080.967**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

	Consolidado 30/06/2026 Custo	Depreciação Acumulada	Residual	31/12/2025 Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	**2.579.917**	**(1.170.322)**	**1.409.595**	**2.553.062**	**(1.148.786)**	**1.404.276**
Terrenos	626.506	-	626.506	627.002	-	627.002
Edificações	1.953.411	(1.170.322)	783.089	1.926.060	(1.148.786)	777.274
Outras Imobilizações de Uso	**12.372.952**	**(8.657.884)**	**3.715.068**	**11.462.270**	**(8.523.258)**	**2.939.012**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.614.775	(3.903.947)	1.710.828	4.915.175	(3.839.514)	1.075.661
Equipamentos de Processamento de Dados	2.659.911	(1.668.032)	991.879	2.460.985	(1.615.231)	845.754
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.058.954	(2.401.475)	657.479	3.155.379	(2.414.988)	740.391
Sistemas de Segurança e Comunicações	910.886	(640.071)	270.815	851.018	(612.317)	238.701
Outras	128.426	(44.359)	84.067	79.713	(41.208)	38.505
Total	**14.952.869**	**(9.828.206)**	**5.124.663**	**14.015.332**	**(9.672.044)**	**4.343.288**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

15. INTANGÍVEL

	Banco 30/06/2026 Custo	Amortização Acumulada	Líquido	31/12/2025 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**27.220.515**	**(27.175.668)**	**44.847**	**41.771**
Outros Ativos Intangíveis	**15.013.396**	**(7.466.005)**	**7.547.391**	**7.715.297**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.890.176	(4.648.245)	5.241.931	5.170.483
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.840	(2.644.380)	2.305.460	2.544.814
Outros	173.380	(173.380)	-	-
Total	**42.233.911**	**(34.641.673)**	**7.592.238**	**7.757.068**

	Consolidado 30/06/2026 Custo	Amortização Acumulada	Líquido	31/12/2025 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**28.171.012**	**(27.831.458)**	**339.554**	**375.328**
Outros Ativos Intangíveis	**15.755.212**	**(7.931.842)**	**7.823.370**	**8.026.627**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.631.114	(5.111.393)	5.519.721	5.481.351
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.841	(2.644.380)	2.305.461	2.544.813
Outros	174.257	(176.069)	(1.812)	463
Total	**43.926.224**	**(35.763.300)**	**8.162.924**	**8.401.955**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento.

16. CAPTAÇÕES

a) Abertura de contas Patrimoniais

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Banco 30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Depósitos	**94.979.892**	**127.543.848**	**101.199.934**	**183.127.270**	**506.850.944**	**491.380.199**
Depósitos à Vista	39.698.617	-	-	-	39.698.617	36.555.296
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.438.105	2.512.929	668.504	9.619.538	5.930.758
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.105.743	98.687.005	182.458.766	406.298.564	395.818.672
Captações no Mercado Aberto	**-**	**141.541.085**	**19.024.200**	**26.637.879**	**187.203.164**	**170.173.383**
Carteira Própria	-	63.162.709	173.394	5.483	63.341.586	71.635.054
Títulos Públicos	-	40.792.393	-	-	40.792.393	52.728.329
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.483	22.464.616	18.892.227
Carteira de Terceiros	-	78.378.376	-	-	78.378.376	51.044.217
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**27.195.759**	**58.260.734**	**103.688.110**	**189.144.603**	**196.136.536**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	14.573.450	48.710.900	75.891.192	139.175.542	140.167.142
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.863.010	13.727.424	26.537.929	42.128.363	38.233.835
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.298	938.298	3.869.832	6.565.428	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	10.001.125	5.688.000	12.730.061	28.419.186	36.595.716
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.857	21.549.875	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**101.307.995**	**14.190.683**	**9.823.374**	**125.322.052**	**113.294.094**
Obrigações por Empréstimos no País	-	857.804	-	-	857.804	263.615
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	**94.979.892**	**397.588.687**	**192.675.551**	**323.276.633**	**1.008.520.763**	**970.984.212**
Circulante	**94.979.892**	**397.588.687**	**192.675.551**	**-**	**685.244.130**	**657.425.296**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**323.276.633**	**323.276.633**	**313.558.916**

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Consolidado 30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Depósitos	**94.326.668**	**127.620.878**	**99.161.294**	**183.380.545**	**504.489.385**	**491.090.287**
Depósitos à Vista	38.742.742	-	-	-	38.742.742	35.960.378
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.484.349	577.548	921.781	7.983.678	6.039.800
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.136.529	98.583.746	182.458.764	406.226.089	395.713.323
Outros Depósitos	302.651	-	-	-	302.651	301.313
Captações no Mercado Aberto	**-**	**121.175.908**	**19.024.200**	**26.637.877**	**166.837.985**	**149.752.695**
Carteira Própria	-	45.643.321	173.394	5.481	45.822.196	58.667.943
Títulos Públicos	-	23.273.005	-	-	23.273.005	39.761.217
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.481	22.464.614	18.892.228
Carteira de Terceiros	-	75.532.587	-	-	75.532.587	43.590.640
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**21.078.999**	**59.805.717**	**109.991.578**	**190.876.294**	**188.255.278**
Recursos de Aceites Cambiais	-	159.208	366.118	4.218.539	4.743.865	3.428.239
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.008.508	50.959.082	82.244.163	148.211.753	147.400.729
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.298.067	15.975.606	32.890.900	51.164.573	45.467.422
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.299	938.298	3.869.832	6.565.429	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.290.099	4.618.683	8.462.020	16.370.802	18.052.632
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.856	21.549.874	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**101.313.360**	**14.190.683**	**9.823.374**	**125.327.417**	**113.294.107**
Obrigações por Empréstimos no País	-	863.169	-	-	863.169	263.628
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	**94.326.668**	**371.189.145**	**192.181.894**	**329.833.374**	**987.531.081**	**942.392.367**
Circulante	**94.326.668**	**371.189.145**	**192.181.894**	**-**	**657.697.707**	**622.752.717**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**329.833.374**	**329.833.374**	**319.639.650**

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2034).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2035).

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045(31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2045).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2028 (31/12/2025 - até o ano de 2028) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,04% a 0,66% a.a (31/12/2025 - de 0,10% a.a. a 0,78% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Banco 30/06/2026 Total	31/12/2025 Total	Consolidado 30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
2019	2027	Até 15%	407.970	450.922	-	-
2020	2027	Até 15%	5.889	8.186	-	-
2021	2031	Até 15%	2.511.480	2.744.259	2.453.757	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.258.016	1.388.517	1.185.095	1.247.459
2023	2031	Até 15%	2.468.411	5.695.438	318.498	2.022.920
2024 (1)	2033	Até 15%	4.024.392	5.387.441	2.221.341	2.568.847
2025	2040	Até 15%	5.467.091	20.920.953	4.483.212	9.604.861
2026	2036	Até 15%	12.275.937	-	5.708.899	-
Total			**28.419.186**	**36.595.716**	**16.370.802**	**18.052.632**

(1) Inclui SOFR - Secured Overnight Financing Rate.

c) Abertura de contas de resultado - Operações de Captação no Mercado

	Banco 01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	23.878.337	20.499.399	23.895.463	20.517.575
Depósitos de Poupança	1.959.197	2.023.339	1.959.197	2.023.339
Depósitos Interfinanceiros	622.828	367.803	503.098	347.477
Captação no Mercado Aberto (2)	17.858.363	16.272.074	16.698.875	15.383.257
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	161.702	162.934
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	5.320.032	5.411.951	6.107.927	5.944.273
Outras	1.624.336	1.364.115	1.626.759	1.404.952
Total	**51.263.093**	**45.938.681**	**50.953.021**	**45.783.807**

(1) Inclui o registro de juros no valor de R$ 2.170.837 (31/12/2025 - R$ 3.683.973) no Banco e R$ 2.185.715 (31/12/2025 - R$ 3.714.074) no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui receita de variação cambial no valor de R$ (674.767) (31/12/2025 - R$ 478.899) no Banco e R$ (674.767) (31/12/2025 - R$ 478.899) no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.V).

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

a. Composição

	Banco 30/06/2026	31/12/2025	Consolidado 30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	698.199	1.803.649	9.551.000	12.471.629
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.657.370	28.113.937	31.861.904	28.318.507
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.716.974	208.911	13.765.602	253.070
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.609.746	5.771.630	6.928.995	5.012.353
Total	**53.682.289**	**35.898.127**	**62.107.501**	**46.055.559**
Circulante	**29.966.851**	**15.766.598**	**37.608.133**	**13.645.091**
Não Circulante	**23.715.438**	**20.131.529**	**24.499.368**	**32.410.469**

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco		Consolidado	
					30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**Emissão**	**Vencimento**	**Valor de Emissão (em milhões)**	**Taxa de juros (a.a.)**	**Total**	**Total**	**Total**	**Total**
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R$5.300	CDI+2%	10.057.637	9.321.771	10.057.637	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R$200	CDI+2%	379.212	351.467	379.212	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R$6.000	CDI+1,6%	8.690.325	8.070.433	8.690.325	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R$7.600	CDI+1,4%	7.964.974	7.982.784	7.964.974	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	R$2.363	CDI+0,65%	2.385.257	2.387.482	2.385.257	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R$200	CDI+1,15%	-	-	204.534	204.570
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$708	CDI+0,55%	734.244	-	734.244	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$43	IPCA+8%	44.751	-	44.751	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	R$20	CDI+0,55%	20.573	-	20.573	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	R$706	CDI+0,6%	714.499	-	714.499	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	R$660	CDI+0,6%	665.898	-	665.898	-
Total					**31.657.370**	**28.113.937**	**31.861.904**	**28.318.507**

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a junho 2026 possuem opção de resgate e recompra.
(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:
(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. OUTROS PASSIVOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.118.152	4.186.184
Obrigações com Cartões de Crédito	56.626.545	57.163.191	56.626.564	57.163.240
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.213.726	1.191.510	1.213.726	1.191.510
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.005.004	1.344.742	1.013.324	1.357.203
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	9.064	4.538	9.064	4.538
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.204.297	2.430.739	3.389.408	3.670.396
Despesas de Pessoal	1.928.460	2.135.181	2.645.297	2.843.704
Despesas Administrativas	175.168	195.322	512.987	581.184
Outros Pagamentos	100.669	100.236	231.124	245.508
Credores por Recursos a Liberar	1.431.131	1.165.415	1.431.131	1.165.415
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	555.329	546.483	555.329	546.483
Fornecedores	947.340	713.897	1.209.490	1.108.783
Sociais e Estatutárias	414.157	1.030.413	424.139	1.193.786
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.472.029	1.488.261
Credores Diversos	14.262.959	13.497.959	14.672.668	18.450.881
Outros (1)	1.022.928	904.528	3.212.060	2.568.949
Total	**90.042.798**	**88.849.690**	**100.656.258**	**103.875.756**
Circulante	**15.191.160**	**4.838.947**	**25.126.556**	**18.903.041**
Não Circulante	**74.851.639**	**84.010.743**	**75.529.703**	**84.972.715**

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com a regra supracitada.

	Banco/Consolidado	
	Saldo Garantias Prestadas	
Tipo de Garantia Financeira	**30/06/2026**	31/12/2025
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.299.692	3.950.308
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	23.841.703	22.583.515
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	24.523.218	17.852.717
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	648.750	650.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.791.147	1.582.074
Outros Avais	527.795	343.810
Outras Fianças Bancárias	10.859.208	15.666.969
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.024.499	7.396.671
Total	**74.516.012**	**70.026.064**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	**1.191.510**	**605.207**
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	-	1.335.395
Reversão (Constituição) líquida	23.006	(625.323)
Outras	(790)	(1.858)
Saldo Final	**1.213.726**	**1.313.421**

19. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. No nível 2 são classificados, principalmente por Reservas no Banco Central do Brasil (Compromissadas). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, por Títulos Públicos (NTN-C), os derivativos não negociados em bolsa que não possuem informações observáveis num mercado ativo e alguns derivativos estruturados.

				Consolidado
				30/06/2026
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**90.990.576**	**146.029.070**	**3.878.349**	**240.897.995**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	101.581.383	-	101.581.383
Títulos e Valores Mobiliários	90.990.576	18.792.304	2.922.759	112.705.639
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	25.655.383	955.590	26.610.973
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**57.727.710**	**34.765**	**2.630.701**	**60.393.176**
Títulos e Valores Mobiliários	57.727.710	34.765	2.630.701	60.393.176
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	**-**	**21.216.324**	**1.169.732**	**22.386.056**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	21.216.324	1.169.732	22.386.056

				Consolidado
				31/12/2025
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**83.374.121**	**164.041.299**	**3.387.737**	**250.803.157**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	89.994.937	-	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	83.374.121	15.816.608	2.873.642	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	58.229.754	514.095	58.743.849
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**65.195.928**	**-**	**2.485.602**	**67.681.530**
Títulos e Valores Mobiliários	65.195.928	-	2.485.602	67.681.530
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	**-**	**51.864.432**	**893.610**	**52.758.042**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	51.864.432	893.610	52.758.042

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

					Consolidado
					30/06/2026
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.173.334	67.173.334	55.137.039	12.036.295	-
Títulos e Valores Mobiliários	129.525.093	128.280.661	62.132.337	-	66.148.324
Operações de Crédito	457.758.778	457.819.951	-	-	457.819.951
Total	**654.457.205**	**653.273.946**	**117.269.376**	**12.036.295**	**523.968.275**

					Consolidado
					31/12/2025
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.452.242	38.452.242	35.293.180	3.159.062	-
Títulos e Valores Mobiliários	117.944.134	118.026.092	53.800.290	2.403	64.223.399
Operações de Crédito	462.212.788	462.167.464	-	-	462.167.464
Total	**618.609.164**	**618.645.798**	**89.093.470**	**3.161.465**	**526.390.863**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

					Consolidado
					30/06/2026
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	504.489.385	504.480.849	-	-	504.480.849
Captações no Mercado Aberto	166.837.985	166.814.777	-	166.814.777	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	190.876.294	188.297.232	-	-	188.297.232
Obrigações por Empréstimos e Repasses	125.327.417	125.327.417	-	-	125.327.417
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.861.904	31.861.904	-	-	31.861.904
Total	**1.019.392.985**	**1.016.782.179**	**-**	**166.814.777**	**849.967.402**

					Consolidado
					31/12/2025
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	491.090.287	491.107.325	-	-	491.107.325
Captações no Mercado Aberto	149.752.695	149.775.866	-	149.775.866	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	188.255.278	190.284.222	-	-	190.284.222
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.294.107	113.294.107	-	-	113.294.107
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.318.507	28.318.507	-	-	28.318.507
Total	**970.710.874**	**972.780.027**	**-**	**149.775.866**	**823.004.161**

20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	**2.641.047**	**2.249.263**	**2.805.363**	**2.455.288**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	**7.709.271**	**6.607.012**	**8.503.811**	**7.324.839**
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Total	**10.350.318**	**8.856.275**	**11.309.174**	**9.780.127**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

			Banco			Banco
			01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025
	Fiscais (1)	**Trabalhistas (3)**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**2.249.263**	**3.463.165**	**3.143.847**	**2.824.081**	**2.609.381**	**3.014.320**
Constituição Líquida de Reversão	388.280	2.011.536	493.710	253.328	1.387.743	401.273
Atualização Monetária	42.637	85.955	133.901	76.456	30.209	139.097
Baixas por Pagamento	(39.133)	(1.192.072)	(430.771)	(62.519)	(1.003.139)	(283.015)
Saldo Final	**2.641.047**	**4.368.584**	**3.340.687**	**3.091.346**	**3.024.194**	**3.271.675**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	826.773	570.412	300.770	1.960.306	513.558	291.777
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	11.052	58.669	6.878	2.802	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**837.825**	**629.081**	**307.648**	**1.963.108**	**516.396**	**293.499**

			Consolidado			Consolidado
			01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025
	Fiscais (1)	**Trabalhistas (3)**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**2.455.288**	**3.856.501**	**3.468.337**	**3.032.613**	**2.968.667**	**3.340.948**
Constituição Líquida de Reversão	403.368	2.156.294	655.818	258.056	1.489.954	558.555
Atualização Monetária	46.983	99.416	137.156	80.418	34.387	142.297
Baixas por Pagamento	(100.277)	(1.313.339)	(556.372)	(81.369)	(1.059.281)	(391.853)
Saldo Final	**2.805.363**	**4.798.872**	**3.704.939**	**3.289.718**	**3.433.727**	**3.649.947**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.331.311	600.417	313.871	3.372.103	540.919	299.924
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	12.505	58.669	6.878	4.147	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**2.343.816**	**659.086**	**320.749**	**3.376.250**	**543.757**	**301.646**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.
(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R$ 7.010 milhões e no Consolidado é R$ 7.846 milhões.
(3) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$ 167 milhões (31/12/2025 - R$ 163 milhões) no Banco e R$ 172 milhões (31/12/2025 - R$ 167 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$ 367 milhões (31/12/2025 - R$ 321 milhões) no Banco e R$ 377 milhões (31/12/2025 - R$ 335 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e.**

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios - R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Banco e R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo a com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$ 38.091 milhões (31/12/2025 - R$ 37.811 milhões) no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido é de R$ 2.448 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 12.260 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 3.767 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 6.506 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 1.190 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 2.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 860 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2026 , o valor era de aproximadamente R$ 740 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF.

Em 30 de junho de 2026,o valor era de aproximadamente R$ 495 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R$ 1.518 milhões e R$ 2.108 milhões, respectivamente, no Consolidado.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a)

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no semestre findo em 30 de junho de 2026 calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações:

		30/06/2026					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares			Bruto			Líquido
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Total	**4.000.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

		31/12/2025					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares			Bruto			Líquido
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	**7.620.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander possuía 370.081.724 ações ordinárias e 397.886.134 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

		Banco/Consolidado Em Milhares de Ações 30/06/2026 Quantidade Units	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações 31/12/2025 Quantidade Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		**13.666**	**19.451**
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(8.164)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**5.502**	**13.666**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	489.369	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**491.140**	**719.560**
Custo/Cotação da Ação		**Units**	**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R$	30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido Ajustado	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado	Resultado
			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Banco RCI Brasil S.A.	850.793	756.740	89.913	67.996
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	442.526	393.709	48.817	46.528
Rojo Entretenimento S.A.	9.761	9.385	592	301
Fit Economia de Energia S.A.	(31.249)	(20.682)	(10.567)	(6.870)
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	2.007	3.056	(1.050)	630
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	1.398.350	1.007.819	97.688	59.040
Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	-	-	-	9.133
Total	**2.672.188**	**2.150.027**	**225.393**	**176.758**

22. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no semestre findo em 30 de junho de 2026, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Remuneração Fixa	64.925	55.408	78.713	72.035
Remuneração variável - Em espécie	73.412	64.763	81.049	72.933
Remuneração variável - Em ações	66.779	61.211	68.121	62.940
Outras	49.041	50.343	60.737	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	**254.157**	**231.725**	**288.620**	**263.881**
Remuneração variável - Em espécie	102.596	95.365	112.715	103.952
Remuneração variável - Em ações	92.906	89.385	95.520	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	**195.502**	**184.750**	**208.235**	**196.000**
Total	**449.659**	**416.475**	**496.855**	**459.881**

Adicionalmente, em 2026 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 24.231.

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações 30/06/2026					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.941	0,1 %	2.941	0,1 %	5.882	0,1 %
Outros	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %
Total em Circulação	**3.813.193**	**99,9 %**	**3.674.334**	**99,9 %**	**7.487.528**	**99,9 %**
Ações em Tesouraria	5.502	0,1 %	5.502	0,2 %	11.004	0,1 %
Total	**3.818.695**	**100,0 %**	**3.679.836**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

	Em Milhares de Ações 31/12/2025					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	- %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	**3.805.028**	**99,6 %**	**3.666.169**	**99,6 %**	**7.471.199**	**99,6 %**
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.333	0,4 %
Total	**3.818.694**	**100,0 %**	**3.679.835**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	**22.227.466**	**10.866.589**	**165.672.355**	**136.400.630**	**86.063**	**64.173**	**187.985.883**	**147.331.392**
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	93.383.600	84.141.506	-	-	109.689.890	93.605.634
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	30.813.564	5.255.941	9.246	-	30.822.811	5.255.941
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	5.967.947	1.279.617	-	-	10.357.148	1.279.617
Relações Interfinanceiras	-	-	25.574.617	25.289.992	-	-	25.574.617	25.289.992
Operações de Crédito (4)	-	-	743.195	230.738	51.129	36.106	794.324	266.844
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	2.311.529	2.955.644	-	-	2.311.529	2.955.644
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	6.626.356	16.974.386	-	-	6.815.659	16.975.883
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	**(5.643.091)**	**(4.376.084)**	**(50.377.835)**	**(51.327.680)**	**(371.828)**	**(727.798)**	**(56.392.754)**	**(56.431.563)**
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(6.235.551)	(5.148.809)	(107.718)	(71.816)	(9.464.212)	(9.573.055)
Operações Compromissadas	-	-	(23.136.319)	(17.812.599)	(200)	-	(23.136.519)	(17.812.599)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(12.574.284)	(19.068.984)	(122.293)	(57.027)	(12.696.577)	(19.126.012)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.396.095)	(8.073.269)	(141.617)	(598.956)	(7.546.585)	(8.695.696)
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado	**1.542.069**	**2.476.843**	**5.391.159**	**2.806.254**	**(585.159)**	**(67.639)**	**6.348.069**	**5.215.458**
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.627.010	6.206.671	3.856.793	(1.225)	(1.151)	7.786.822	6.482.652
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(815.512)	(1.050.539)	(583.934)	(66.488)	(1.438.753)	(1.267.193)

	Consolidado							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	**22.227.466**	**10.866.589**	**29.557.343**	**28.796.071**	**123.666**	**64.173**	**51.908.475**	**39.726.833**
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	-	-	-	-	16.306.290	9.464.128
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	96.006	99.694	45.338	-	141.344	99.694
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	-	-	-	-	4.389.201	-
Relações Interfinanceiras	-	-	26.251.513	26.042.398	-	-	26.251.513	26.042.398
Operações de Crédito (4)	-	-	421.301	-	52.641	36.106	473.941	36.106
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	1.896.617	1.837.968	-	-	1.896.617	1.837.968
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	640.359	543.204	-	-	829.663	544.701
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	**(5.643.091)**	**(4.376.084)**	**(13.483.083)**	**(13.612.230)**	**(374.925)**	**(1.534.364)**	**(19.501.098)**	**(19.522.677)**
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(1.984.119)	(2.461.839)	(107.718)	(72.459)	(5.212.780)	(6.886.729)
Operações Compromissadas	-	-	(2.771.140)	(1.559.050)	(200)	-	(2.771.340)	(1.559.050)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(525.900)	(525.900)	(122.293)	(57.027)	(648.193)	(582.927)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.166.338)	(7.841.421)	(144.713)	(1.404.878)	(7.319.924)	(9.269.771)
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado	**1.542.069**	**2.466.843**	**(264.792)**	**287.636**	**(1.189.539)**	**268.896**	**87.738**	**3.023.377**
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.617.010	(223.468)	(181.108)	(1.201)	(1.223)	1.356.707	2.434.679
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(41.324)	468.744	(1.188.338)	270.119	(1.268.969)	588.698

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
(2) Empresas relacionadas na nota 13.
(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.
(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R$ 32.032.077 de limites concedidos às suas coligadas.

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Administração de Recursos	332.424	223.137	1.074.445	846.303
Serviços de Conta Corrente	1.971.093	2.110.711	1.968.803	2.111.308
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	560.227	573.344	925.958	906.752
Operações de Crédito (1)	125.862	130.604	489.512	459.020
Rendas de Garantias Prestadas	434.365	442.740	436.446	447.732
Comissões de Seguros	1.321.906	1.021.744	1.940.612	1.954.359
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.717.705	3.457.505	3.766.967	3.475.785
Cobrança e Arrecadações	533.302	554.209	584.757	566.707
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	796.206	675.779	934.864	797.705
Outras	242.596	239.779	241.199	290.152
Total	**9.475.459**	**8.856.208**	**11.437.605**	**10.949.071**

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração	2.063.342	2.043.595	2.647.056	2.851.663
Encargos	767.447	751.269	1.131.046	1.109.597
Benefícios	541.746	563.522	848.564	883.316
Treinamento	18.278	15.931	31.996	33.489
Outras	-	20	-	715
Total	**3.390.813**	**3.374.337**	**4.658.662**	**4.878.780**

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Depreciações e Amortizações	1.675.738	1.564.406	1.782.449	1.696.019
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.301.087	2.261.763	1.787.018	1.861.316
Comunicações	110.764	117.568	117.261	125.026
Processamento de Dados	2.167.661	1.895.534	2.105.398	1.649.347
Propaganda, Promoções e Publicidade	202.665	223.041	259.903	299.207
Aluguéis	197.320	306.266	208.055	314.702
Manutenção e Conservação de Bens	107.788	119.881	122.153	133.575
Água, Energia e Gás	72.113	84.286	79.793	91.114
Material	44.920	44.333	46.913	46.443
Outras	964.875	856.533	521.111	509.539
Total	**7.844.931**	**7.473.611**	**7.030.054**	**6.726.288**

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Atualizações monetárias (1)	725.820	244.471	797.706	318.864
Comissões	(951.346)	(843.092)	(1.112.899)	(933.390)
Corretagens e Emolumentos	(63.742)	(43.902)	(52.360)	(45.181)
Despesas com Cartórios	(2.341)	(2.370)	(178.371)	(155.350)
Despesa com Formalização de Negócios	(96.657)	(85.297)	(96.657)	(85.297)
Despesas Judiciais e Custas	(188.640)	(136.766)	(190.427)	(137.709)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(67.631)	(64.354)	(69.234)	(65.563)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(46.752)	(39.844)	(45.406)	(38.492)
Fiscais	(61.809)	12.883	(76.897)	8.155
Trabalhistas	(2.011.536)	(1.387.743)	(2.156.294)	(1.489.954)
Cíveis	(493.710)	(401.273)	(655.818)	(558.555)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	65.482	102.327	380.936	492.027
Resultado com Cartões	(1.055.605)	(1.666.132)	(1.888.598)	(1.227.745)
Recuperação de Encargos e Despesas	402.912	505.563	602.098	718.206
Outras (2)	(1.134.815)	(1.174.348)	(1.869.841)	(1.509.664)
Total	**(4.980.370)**	**(4.979.877)**	**(6.612.062)**	**(4.709.648)**

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025 inclui, principalmente, atualização monetária sobre Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar.
(2) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

27. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	(1.053.154)	(479.107)	(1.029.202)	(476.927)
Operações de Crédito	6.335.901	7.860.284	6.533.555	8.022.481
Captações	(674.767)	1.628.446	(674.767)	1.717.094
Empréstimos e Repasses	(2.162.504)	(4.649.564)	(2.162.347)	(4.662.047)
Total	**2.445.476**	**4.360.059**	**2.667.239**	**4.600.601**

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.093	-	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	87.381	99.308	84.689	113.002
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	1.786	2.037	1.142	20.306
Despesas com Bens não de Uso	(42.683)	(42.252)	(42.684)	(42.747)
Ganhos (Perdas) de Capital	(291)	6.644	14.485	2.471
Outras Receitas (Despesas) (1)	(56.170)	11.995	(70.456)	6.485
Total	**(9.977)**	**78.825**	**(12.824)**	**100.610**

(1) Refere-se ao pagamento adicional pela aquisição da Toro.

29. PLANO DE BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 01 de outubro de 1994.

Plano II: plano de benefício definido custeado pelo Banco Santander e participantes, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975 e migrados do Plano I. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Planos DCA, DAB e CACIBAN: complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Noroeste. Plano fechado para novas adesões desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável instituído em 01 de julho de 1996. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em Plano Básico, Plano Especial 1 e Plano especial 2 com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

• Planos de Contribuição Definida

A **SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída na forma das normas legais em vigor, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, embora tenha características de Contribuição Definida, está classificado na modalidade de Contribuição Variável em decorrência de 09 (nove) rendas mensais vitalícias, não havendo novas concessões nessa modalidade. O Plano está fechado para novas adesões desde julho de 2018, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores vertidos pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R$ 27.984 no Banco e R$ 30.401 no Consolidado.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02/01/2018, o Santander oferece um programa de previdência complementar opcional para novos funcionários e/ou funcionários sem inscrição em outros planos do Conglomerado Santander Brasil.

O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas instituidoras/averbadoras.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R$ 16.691 no Banco e R$ 17.153 no Consolidado.

• Ex-Empregados do Banespa

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R$ 2.488 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), foram aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

						Banco
			30/06/2026			31/12/2025
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.043.185)	(2.594)	(1.298.265)	(21.246.287)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.455.478	3.832	2.013.093	22.460.885	3.675	2.156.838
	1.412.293	**1.238**	**714.828**	**1.214.598**	**1.008**	**849.848**
Sendo:						
Superávit	1.812.749	1.238	714.828	1.878.800	1.008	849.848
Déficit	(400.456)	-	-	(755.023)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.503.405	1.238	700.504	1.575.854	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**309.344**	**-**	**14.324**	**302.946**	**-**	**13.125**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(400.456)**	**-**	**-**	**(755.023)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	270.878	-	33	644.248	-	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(19.614)	(1)	703	(38.956)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.890.229)	912	11.158	(3.026.048)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.176.358	327	(44.676)	943.062	640	302.714

						Consolidado
			30/06/2026			31/12/2025
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.434.735)	(2.594)	(1.298.265)	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.081.703	3.832	2.013.093	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.646.968	**1.238**	**714.828**	**1.484.660**	**1.008**	**849.848**
Sendo:						
Superávit	2.055.744	1.238	714.828	2.161.323	1.008	849.848
Déficit	(408.776)	-	-	(767.484)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.673.141	1.238	700.504	1.786.562	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**382.603**	**-**	**14.324**	**374.761**	**-**	**13.125**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(408.776)**	**-**	**-**	**(767.484)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	270.878	-	33	644.248	-	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(17.571)	(1)	703	(44.707)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.968.139)	912	11.158	(3.101.708)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.154.628	327	(44.676)	1.004.373	640	302.714

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

						Banco
			30/06/2026			31/12/2025
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(709.423)	143	(24.744)	(625.017)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	625.313	35	-	110.544	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(84.110)**	**178**	**(24.744)**	**(514.473)**	**1.156**	**(32.450)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	37.445	-	(155.568)	(1.427.441)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**37.445**	**-**	**(155.568)**	**(1.427.441)**	**303**	**96.016**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**156.364**	**(176)**	**180.775**	**1.407.820**	**(1.008)**	**(61.792)**

						Consolidado
			30/06/2026			31/12/2025
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(715.003)	143	(24.744)	(629.289)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	637.244	35	-	112.777	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(77.759)**	**178**	**(24.744)**	**(516.512)**	**1.156**	**(32.450)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(18.849)	-	(155.568)	(1.431.347)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(18.849)**	**-**	**(155.568)**	**(1.431.347)**	**303**	**96.016**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**208.557**	**176**	**180.775**	**1.419.503**	**1.008**	**(61.792)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2026**	31/12/2025
Banesprev		
Plano I	8,15	8,15
Plano II	8,27	8,45
Plano III	7,47	7,47
Plano IV	8,00	8,00
Plano V	6,11	6,35
Pré-75	6,77	7,07
Planos DCA, DAB e CACIBAN	4,78/4,50/5,31	4,78/4,50/5,31
Sanprev		
Plano I	5,27	5,27
Plano II	8,19	8,19
Plano III	7,66	7,66
Bandeprev		
Plano Básico	6,85	6,85
Plano Especial 1	5,06	5,06
Plano Especial 2	4,63	4,63
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,03	6,03

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

ABN: o plano de assistência médica tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada, era exigido vínculo de 10 anos no Banco Real e 55 anos de idade. O aposentado arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%, essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o aposentado desligado arca com 100% da mensalidade.

Circulares: Benefício vitalício para ex-funcionário do Banco Real, concedido nas mesmas condições dos funcionários ativos (mesmas coberturas e desenho de plano). Elegíveis apenas ao plano Básico (com subsídio de 90%) e Apartamento (primeiro padrão) pagando a diferença entre os planos. Ambos os planos têm coparticipação e não é permitida a inclusão de novos dependentes.

Assistência Médica Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício ex-diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há novas inclusões, sendo 100% subsidiado pelo Banco e todos alocados na operadora SulAmerica.

Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica, padrão enfermaria, oferecido aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos. Encerrado para novas adesões.

Plano de Saúde Para Sócios: Sócios do Banco Santander podem manter o plano de saúde vitalício, em caso de desligamento sem justa causa, se atenderem aos requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de Sócios no Banco Santander por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será nas mesmas regras vigentes no desligamento e o Sócio deve pagar a mensalidade via boleto. Os dependentes ativos no desligamento permanecem no plano médico, conforme política vigente e não é permitida inclusão de novos dependentes. Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

c) Seguro de Vida

Seguro de Vida Circulares: concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais: concedidos aos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN, do antigo Banco Meridional, com subsídio de 50% do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

							Banco	
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.686.919)	(604.548)	(4.728.245)	(589.719)	(4.842.699)	(604.548)	(4.885.196)	(589.719)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.084.501	-	5.084.916	-	5.253.496	-	5.253.707	-
	397.582	**(604.548)**	**356.671**	**(589.719)**	**410.797**	**(604.548)**	**368.511**	**(589.719)**
Sendo:								
Superávit	397.582	-	356.671	-	410.797	-	368.511	-
Déficit	-	(604.548)	-	(589.719)	-	(604.548)	-	(589.719)
Valor não Reconhecido como Ativo	(397.582)	-	356.671	-	410.797	-	368.511	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**-**	**(604.548)**	**-**	**(589.719)**	**-**	**(604.548)**	**-**	**(589.719)**
Contribuições Efetuadas	84.450	23.281	179.830	44.058	85.890	23.281	182.652	44.058
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.106	(32.211)	6.999	(60.383)	5.173	(32.211)	7.060	(60.383)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.022.907)	87.040	(1.931.858)	92.938	(1.991.130)	87.040	(1.901.575)	92.938
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	162.638	-	554.206	-	169.628	-	567.870	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

							Banco	
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Cabesp
Experiência do Plano	(138.162)	(5.898)	(706.938)	(16.624)	(142.618)	(5.898)	(721.725)	(16.624)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	173.843	-	9.610	954	179.252	-	10.046	954
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	(110.310)	-	-	-	(114.165)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**35.681**	**(5.898)**	**(807.638)**	**(15.670)**	**36.634**	**(5.898)**	**(825.844)**	**(15.670)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(103.086)	-	43.461	-	(104.780)	-	37.908	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(103.086)**	**-**	**43.461**	**-**	**(104.780)**	**-**	**37.908**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(22.151)**	**-**	**577.348**	**-**	**(22.904)**	**-**	**598.347**	**-**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2026**	31/12/2025
Cabesp	9,92	10,33
ABN	7,64	7,64
Circulares	7,21	7,21
AM - Bandeprev	8,01	8,01
Diretores Vitalícios	5,97	5,97
AM - Fundação Sudameris	8,21	8,21
Plano de Saúde para Sócios	21,11	21,11
Seguro de Vida	4,60	4,60

d) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2026, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de Dívida	94,6 %	94,6 %
Bens Imóveis	0,2 %	0,2 %
Outros	5,2 %	5,2 %

e) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

			Banco/Consolidado	
	30/06/2026		31/12/2025	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,65% e 11,14 (1)	10,52% e 10,90 (2)	10,65 %	10,52 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00 %	3,00 %	3,00 %	3,00 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,52 %	N/A	3,52 %	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%** Demais planos: AT2000	AT2000	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%** Demais planos: AT2000	AT2000

(1) Banesprev Planos II, V e Pré 75
(2) Cabesp

f) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, teriam os seguintes efeitos:

				Banco/Consolidado
	30/06/2026		31/12/2025	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(26.808)	(259.596)	(26.808)	(259.596)
(-)0,5%	29.147	282.241	29.147	282.241
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(57.188)	(553.699)	(57.188)	(553.699)
Aplicada (-) 2 anos	59.695	577.970	(59.695)	577.970
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	32.334	313.063	32.334	313.063
(-)0,5%	(30.085)	(291.286)	(30.085)	(291.286)

g) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R$ 1.375.000	(1)	R$ 1.375.000	(1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R$ 200.000	(1)	R$ 350.000	(1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R$ 17.465.000	(1)	R$ 2.500.000	(1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R$ -	(2)	R$ 42.940	(2)
		01/2023 a 12/2026	2026	R$ -	(3)	R$ 38.267	(3)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R$ 171.522	SANB11 (4)	R$ -	SANB11 (4)
		2023		EUR 3,67	- Ações Globais (5)	-	Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		385.956	Opções sobre ações Globais (5)	420.394	Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	- Ações Globais (5)	-	Ações Globais (5)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		105.534	Opções sobre ações Globais (5)	105.534	Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	- Ações Globais (6)	95.786	Ações Globais (5)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		22.989	Opções sobre ações Globais (6)	61.304	Opções sobre ações Globais (5)
		2026		EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)	175.476	Ações Globais (5)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		472.469	Opções sobre ações Globais (7)	472.469	Opções sobre ações Globais (5)
		2027		EUR 63,95	5.512 Ações Globais (8)	8.528	Ações Globais (5)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		55.210	Opções sobre ações Globais (8)	80.476	Opções sobre ações Globais (5)
		2028		EUR 71,42	1.279 Ações Globais (8)	1.866	Ações Globais (7) (8)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		6.729	Opções sobre ações Globais (8)	9.007	Opções sobre ações Globais (7)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2029		EUR 54,14	5.340 Ações Globais (9)	5.340	Ações Globais (7)
		2030		EUR 61,07	5.745 Ações Globais (9)	-	
		12/2025, com pagamento em 2026		R$ 28,92	52.037 SANB11	52.037	SANB11
				R$ 19.040.000	(1)	R$ 4.225.000	(1)
				223.559	SANB11 (2) (3) (4) Ações Globais	133.244	SANB11 (2) (3) (4) Ações Globais
				187.607	(5) (6) (7) (8) (9) Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	286.996	(5) (6) (7) (8) (9) Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2026				1.048.887		1.149.184	

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
(2) Contratos finalizados, com entrega de 42.940 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
(3) Contratos finalizados, com entrega de 29.824 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. Foram canceladas 8.443 ações.
(4) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período, com target em ações SANB11.
(5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.
(9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:
• Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
• Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
• Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de *malus* e *clawback*.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (*Dupire*), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:
• Preço médio ponderado das ações;
• Preço de exercício;
• Volatilidade implícita e esperada;
• Taxa de juros livre de risco;
• Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

g.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	12.665	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.875	3.169

g.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
			01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação				
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	127.735	134.521	129.455	139.436
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	104.725	102.797	97.445	101.586

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS, CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue um modelo baseado na gestão e controle prudencial dos riscos com estruturas especializadas em cada risco, bem como uma área que realiza o gerenciamento integrado e holístico dos riscos por meio da autoavaliação do perfil de riscos e controle do Apetite de Riscos (RAS) aprovados pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:
• Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco - (Cultura Risk Pro);
• Envolvimento da Alta Administração promovendo a gestão e o controle consistente dos riscos;
• Independência das funções de gestão e controle de riscos;
• Abordagem abrangente para gestão e controle de riscos;
• Gestão adequada da informação de forma que seja oportuna, precisa e suficientemente detalhada.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:
• Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
• Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de variações nos preços de mercado que afetem as posições detidas pela instituição, incluindo, entre outros, fatores de risco relacionados a taxas de juros, índices de preços, preços de ações, taxas de câmbio, commodities e spreads de crédito.

A gestão do risco de mercado no Banco Santander está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e baseia-se em uma estrutura de gerenciamento abrangente, que assegura a adequada identificação, mensuração, monitoramento e controle das exposições. Essa estrutura proporciona transparência ao perfil de risco da instituição, suportando a tomada de decisões pela alta administração e promovendo alinhamento com o apetite de risco definido.

A identificação, mensuração e o acompanhamento das exposições são realizados por áreas independentes das unidades de negócio, em consonância com as políticas internas e com a governança de gestão integrada de riscos. O apetite de risco de mercado é aprovado em instâncias executivas superiores e definido com base em análises quantitativas e qualitativas, que consideram, entre outros aspectos, as estratégias das carteiras, sensibilidades a fatores de risco, condições de liquidez e potenciais impactos de cenários adversos de mercado.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O Banco Santander mantém estrutura de gerenciamento de risco operacional e de controles internos, observando as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e nº 4.968/2021, respectivamente, bem como as diretrizes do Comitê de Basileia e as definições corporativas do Grupo Santander. Para fins dessa estrutura, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal.

O modelo de gestão é fundamentado na metodologia Risk *and Control Self-Assessment* (RCSA) e estruturado em três linhas de governança. A primeira linha, composta pelas áreas de negócios e suporte, é responsável por identificar, avaliar, documentar e gerenciar os riscos e controles associados às suas atividades, bem como por definir e executar os respectivos planos de ação. A segunda linha, representada pela área de Risco Operacional & Controles Internos, estabelece metodologias, supervisiona sua aplicação, avalia a consistência e desafia as autoavaliações realizadas pela primeira linha, além de monitorar indicadores, eventos e perdas operacionais, acompanhar a remediação de deficiências e reportar a exposição consolidada aos fóruns de governança competentes. A Auditoria Interna, como terceira linha, realiza avaliação independente da efetividade da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

O modelo integra instrumentos de gestão como definição e acompanhamento do apetite de risco operacional, captura e análise de eventos e perdas operacionais, autoavaliação de riscos e controles (RCSA), indicadores, análise de cenários, avaliação de riscos em novos produtos, serviços e mudanças relevantes, treinamento e disseminação da cultura de riscos, controles internos e acompanhamento de planos de ação. O apetite de risco operacional é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente.

Adicionalmente, o Modelo de Controles Internos baseia-se na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), com foco em objetivos operacionais, de divulgação financeira e de conformidade, em alinhamento aos objetivos estratégicos do Banco. O modelo observa os requerimentos legais, regulatórios e internos aplicáveis ao Banco e às entidades do conglomerado, incluindo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais exigências aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas a entidades reguladas, companhias abertas, listagem de valores mobiliários e reporte corporativo, quando aplicável.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem, em grande parte, da capacidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidades em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção a Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, assessoramento e supervisão do Programa de Prevenção a Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil, em conformidade com os requerimentos do Grupo Santander e com as regulamentações aplicáveis no Brasil. Tem como principais pilares os programas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Antissuborno e Corrupção e Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, fortalecendo a cultura de gestão de riscos por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

O Banco mantém estrutura de gerenciamento para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC), inclusive seus potenciais efeitos reputacionais, de forma integrada aos demais riscos incorridos pelo Banco. Essa estrutura busca assegurar a adequada incorporação desses fatores aos processos de tomada de decisão, contribuindo para a resiliência do modelo de negócios e para o desenvolvimento sustentável das atividades do Banco.

O gerenciamento do RSAC é orientado pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), pela Política de Gestão Integrada de Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e pelas políticas específicas aplicáveis às operações de crédito. Esses normativos estabelecem princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades para a incorporação de fatores sociais, ambientais e climáticos aos processos, produtos, serviços e ao relacionamento com clientes, fornecedores e demais partes interessadas.

No processo de concessão de crédito, a análise de RSAC é realizada com base em critérios de relevância e proporcionalidade para clientes dos segmentos SCIB, Corporate (Large e Middle) e Agronegócio que atuem em setores classificados como de especial atenção e possuam exposição ou limite de crédito igual ou superior a R$ 10 milhões. A avaliação é conduzida por equipe especializada da área de ESCC Risk, que emite parecer técnico e atribui rating RSAC para subsidiar a decisão de crédito e o monitoramento das exposições. O processo também contempla, conforme a natureza da operação, a análise de projetos, incluindo imobiliários, garantias urbanas e rurais, operações de agronegócio e processos de aceitação de relacionamento.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, aplicados às operações de financiamento de projetos enquadradas em seu escopo, como instrumento para identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos associados a esses financiamentos. Adicionalmente, operações específicas podem ser submetidas a diligências complementares de RSAC, de acordo com critérios internos de risco.

A estrutura de gerenciamento do RSAC está alinhada às Resoluções CMN nº 4.943/2021, nº 4.945/2021 e às demais normas aplicáveis. Informações adicionais sobre governança, estratégia, gerenciamento de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas encontram-se disponíveis no Relatório GRSAC.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen" na página https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199/2024.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.594,4	94.548,4
Capital Principal	86.474,8	86.426,5
Capital Complementar	8.119,6	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	24.103,1	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**118.697,6**	**115.069,5**
Risco de Crédito (1)	640.241,1	627.239,5
Risco de Mercado (2)	40.837,9	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	**773.911,0**	**747.714,9**
Índice de Basileia Nível I	**12,22**	**12,64**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,17**	**11,56**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,34**	**15,39**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN n° 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2026.

Carteira Negociação — Consolidado

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.043)	(35.671)	(71.342)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(39)	(193)	(385)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(7.169)	(22.225)	(44.450)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.009)	(45.847)	(91.694)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.967)	(5.893)	(11.786)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(5.489)	(137.221)	(274.442)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.169)	(30.959)	(61.919)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(228)	(5.705)	(11.410)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(428)	(10.700)	(21.399)
Total (1)		**(22.541)**	**(294.414)**	**(588.827)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking — Consolidado

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(33.870)	(1.262.958)	(2.557.591)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(42.460)	(1.564.954)	(2.764.159)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Indices de Preços	(33.728)	(625.236)	(1.156.618)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21.332)	(298.903)	(572.475)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.862)	(41.444)	(85.295)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(3.476)	(386.138)	(894.840)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	1.169	29.224	58.447
Total (1)		**(137.559)**	**(4.150.409)**	**(7.972.531)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Até o semestre findo em 30 de junho de 2026, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. ("Esfera") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamento"), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. ("Webmotors") e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F") pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. ("Tools") para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do "Habite-se".

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 71.979.175 (31/12/2025 - R$ 68.850.499) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R$ 267.598.148 (31/12/2025 - R$ 227.012.763) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2026, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R$ 9.214.986 (31/12/2025 - R$ 9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2026, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R$ 1.546.051 (31/12/2025 - R$ 1.546.051).

d) Em 30 de junho de 2026, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 Ano	354.960	366.739
Entre 1 a 5 Anos	855.144	912.695
Mais de 5 Anos	42.541	63.578
Total	**1.252.645**	**1.343.012**

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$ 287 (31/12/2025 - R$ 488) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2026, foram no valor de R$ 182.299 (31/12/2025 - R$ 194.402).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

Banco

	2026			2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	76.142.109	-	76.142.109	68.500.890	-	68.500.890
Despesas da Intermediação Financeira	(64.478.333)	-	(64.478.333)	(59.940.070)	-	(59.940.070)
Variações Cambiais (Liquidas)	2.445.476	-	2.445.476	4.360.059	-	4.360.059
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**14.109.252**	-	**14.109.252**	**12.920.879**	-	**12.920.879**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(6.033.955)	(76.390)	(6.110.345)	(5.409.979)	(91.710)	(5.501.689)
Resultado Operacional	**8.075.297**	**(76.390)**	**7.998.907**	**7.510.900**	**(91.710)**	**7.419.190**
Resultado não Operacional	**(9.977)**	-	**(9.977)**	**78.825**	-	**78.825**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**8.065.320**	**(76.390)**	**7.988.930**	**7.589.725**	**(91.710)**	**7.498.015**
Imposto de Renda e Contribuição Social	420.351	-	420.351	831.611	6.150	837.761
Participações no Lucro	(1.026.521)	-	(1.026.521)	(983.907)	-	(983.907)
Lucro Líquido	**7.459.150**	**(76.390)**	**7.382.760**	**7.437.429**	**(85.560)**	**7.351.869**

Consolidado

	2026			2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	80.640.597	-	80.640.597	75.964.867	-	75.964.867
Despesas da Intermediação Financeira	(65.564.961)	-	(65.564.961)	(62.175.852)	-	(62.175.852)
Variações Cambiais (Liquidas)	2.667.239	-	2.667.239	4.600.601	-	4.600.601
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**17.742.875**	-	**17.742.875**	**18.389.616**	-	**18.389.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.675.204)	(118.418)	(9.793.622)	(8.141.239)	(148.382)	(8.289.621)
Resultado Operacional	**8.067.671**	**(118.418)**	**7.949.253**	**10.248.377**	**(148.382)**	**10.099.995**
Resultado não Operacional	**(12.824)**	-	**(12.824)**	**100.610**	-	**100.610**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**8.054.847**	**(118.418)**	**7.936.429**	**10.348.987**	**(148.382)**	**10.200.605**
Imposto de Renda e Contribuição Social	142.034	2.842	144.876	(1.260.976)	9.177	(1.251.799)
Participações no Lucro	(1.463.165)	-	(1.463.165)	(1.400.392)	-	(1.400.392)
Participações dos Acionistas Minoritários	(225.393)	-	(225.393)	(176.758)	-	(176.758)
Lucro Líquido	**6.508.323**	**(115.576)**	**6.392.747**	**7.510.861**	**(139.205)**	**7.371.656**

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R$ 76.390 e R$ 118.418 (30/06/2025 - R$ 91.710 e R$ 148.382) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R$ 76.390 e R$ 115.576 (30/06/2025 - R$ 85.560 e R$ 139.205).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de julho de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 06 de agosto de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Incorporação da Santander Leasing pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 1º de julho de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") recebeu a homologação do Banco Central do Brasil referente à incorporação da Santander Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais das duas companhias realizadas em 28 de novembro de 2025.

Com a homologação pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas todas as condições necessárias para a conclusão da operação, que passou a produzir efeitos a partir daquela data.

A incorporação não resultou em aumento do capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era de sua titularidade. Dessa forma, o investimento já se encontrava integralmente reconhecido nas demonstrações financeiras do Santander Brasil pelo método da equivalência patrimonial, não havendo impacto patrimonial decorrente da incorporação.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant - Vice - presidente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro (independente)
Cristiana Almeida Pipponzi - Conselheira (independente)
Cristina San Jose Brosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro (1)
Nitin Prabhu - Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

COMITÊ DE AUDITORIA

Pedro Augusto de Melo - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel - Membro
René Luiz Grande - Membro

COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Cristina San Jose Brosa - Membro
Deborah Stern Vieitas - Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
José Mauricio Pereira Coelho - Membro

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo - Membro

COMITÊ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Nitin Prabhu - Coordenador
Deborah Stern Vieitas - Membro
Ede Ilson Viani - Membro
Eduardo Alvarez Garrido - Membro
Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
Guilherme Horn - Membro
Marco Jose Miguel Bressan - Membro

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright - Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant - Membro

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Deborah Patricia Wright - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb

... continuação

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Mario Roberto Opice Leão (1)

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Alessandro Tomao	Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch	Ede Ilson Viani	Gilberto Duarte de Abreu Filho
André Juaçaba de Almeida	Cezar Augusto Janikian	Germanuela de Almeida de Abreu	Maria Elena Lanciego Perez
Carlos Díaz Álvarez			

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Alessandro Chagas Farias	Eduardo Alvarez Garrido	Marcos Jose Maia da Silva	Reginaldo Antonio Ribeiro
Alexandre Guimarães Soares	Eduardo Luis Sasaki	Mariana Cahen Margulies	Ricardo Olivare de Magalhães
Alexandre Teixeira de Araujo	Franco Luigi Fasoli	Mauricio Caliggiuri Inforçati	Richard Flavio Da Silva
Camila Stolf Toledo	Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Michele Soares Ishii	Robson de Souza Rezende
Carlos Aguiar Neto	Gustavo de Sousa Santos	Nicolás Vergara	Rudolf Gschliffner
Celso Mateus De Queiroz	Izabella Ferreira Costa Belisario	Pablo Agote Alique	Sandro Mazerino Sobral
Claudenice Lopes Duarte	Jean Paulo Kambourakis	Paulo César Ferreira de Lima Alves	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Claudia Chaves Sampaio	Leonardo Augusto de Andrade Barbosa	Paulo Fernando Alves Lima	Vanessa Alessi Manzi
Daniel Mendonça Pareto	Leonardo Mendes Cabral	Paulo Sérgio Duailibi	Vítor Ohtsuki
Denis Ferro Junior	Marcelo Aleixo	Rafael Abujamra Kappaz	

CONTADORA

Anna Paula Dorce Armonia - CRC Nº 1SP - 198352/9

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao semestre findo em 30/06/2026, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis. Banco Santander (Brasil) S.A. - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, divulgadas no dia 29 de julho de 2026 no site eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da adequação das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Ainda, o Comitê de Auditoria recomenda, sempre que julgar necessário e aplicável, a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, reeleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2026. Atua por meio de reuniões com executivos (locais e do Conglomerado, se necessário), auditores (interno e externo), especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, tomando as iniciativas adicionais necessárias para exercer seu dever de diligência. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, dos resultados das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos, Compliance e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2026 e 31 de julho de 2026, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, referentes ao primeiro semestre de 2026, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Para o exercício dessa análise e recomendação, o Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes, com a Vice-Presidência de Finanças, e com os profissionais responsáveis pela controladoria e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua recomendação de aprovação ao Conselho de Administração e divulgação ao mercado.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria participou regularmente das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área de Auditoria Interna e seus representantes em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2026, e além de ter acompanhado os reportes acerca da evolução do Plano de Auditoria interna 2026, dos trabalhos executados, verificou os relatórios emitidos, suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "Necessita Melhora Moderada/Necessita Melhora Significativa"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores, (iv) às eventuais recalendarizações de planos de ação. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a firma, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2026. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro trimestre e do segundo trimestre de 2026, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. Além disto, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como ativos digitais e criptomoedas. O Comitê de Auditoria avaliou, sob a perspectiva da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda da independência, as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, aprovando-as de acordo com a Política de Aprovação de Serviços de Auditoria.

O Comitê também se reuniu com os auditores independentes do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado, respectivamente, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e com a Forvis-Mazars, responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício que se iniciou em 2026.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2026, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria monitora os Ofícios recebidos de órgãos reguladores, acompanha as inspeções em andamento e atua sobre os resultados e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores, planos de ação e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, bem como monitora as novas regulações, mantendo reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup.

Partes Relacionadas

Durante o período compreendido nesse relatório, o Comitê de Auditoria monitorou e avaliou as transações com partes relacionadas, aprofundando seu entendimento a partir de reuniões internas com as contrapartes, assim como solicitando opiniões independentes sempre que necessário. Nos casos de transações com partes relacionadas com contrapartes globais, o Comitê interagiu também com seus responsáveis globais.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar o acompanhamento dos seguintes temas: (i) capital regulatório; (ii) monitoramento de segurança cibernética; (iii) Sustentabilidade, em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (iv) Conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) provisões e temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria participaram também de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de julho de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo - Coordenador

Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3(a) (VIII), (XI) e (XII), 9 e 30(a) (A))	
A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos. Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos, com o auxílio de nossos especialistas, entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes procedimentos e aspectos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) validação interna; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas. Adicionalmente, para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Assim como, para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, testamos, em base amostral, os referidos modelos, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão alinhados com as informações analisadas durante nossa auditoria, conforme divulgados nas demonstrações financeiras.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(n) e 20)	
O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A determinação da constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, requer julgamento significativo da Administração quanto à probabilidade de perda. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos. Com o apoio de nossos especialistas, de acordo com a natureza dos processos, testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis. Também efetuamos procedimentos de confirmação, em base amostral, junto aos advogados externos que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a))	
O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cibersegurança. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo relacionados a cibersegurança, relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/30/BCOSANTANDER1590362430072026.pdf

Hash:17853517210c472625a7f24c37b506475b2bfeb6cb